

REVISTA



SESCON/RJ
SISTEMA FENACON

EDIÇÃO Nº 186 - ANO 2026

RADAR **LEGISLATIVO**



Leis aprovadas e projetos em tramitação podem impactar a atuação das empresas de serviços contábeis, a rotina dos profissionais da contabilidade e também dos próprios clientes



**A MAIOR
REVENDEDORA
DE MÓVEIS PARA
ESCRITÓRIO**

DO RIO DE JANEIRO



APONTE A CÂMERA



www.riovetti.com.br



Participação e atenção ao ambiente legislativo

Samir Nehme

Apresentamos mais uma edição da nossa revista, sempre buscando informar e estimular o debate e a valorização da atividade contábil. Nunca é demais dizer que em um cenário de profundas transformações econômicas, tributárias e institucionais, estar sempre antenado às mudanças deixou de ser apenas uma vantagem, tornando-se uma necessidade para o profissional que deseja antecipar desafios, orientar seus clientes e participar ativamente das decisões que impactam o setor.

É nesta direção que, nesta edição, destacamos a matéria principal, intitulada Radar Legislativo, uma iniciativa que reúne e analisa leis e projetos de lei que já impactam ou que poderão impactar, direta ou indiretamente, o cotidiano dos profissionais da contabilidade, das empresas e de seus clientes. Mais do que acompanhar o que acontece no Congresso e nas demais esferas do Poder Público, precisamos compreender as consequências práticas de cada mudança e estar preparados para os novos cenários.

O exercício da contabilidade está cada vez mais conectado às decisões tomadas no ambiente político e legislativo. Uma nova obrigação, uma alteração tributária, uma mudança nas relações de trabalho ou uma proposta que afete as empresas pode representar novos procedimentos, custos, oportunidades e responsabilidades para os profissionais da área.

Outro tema que vem merecendo nossa atenção é a Reforma Tributária. Assim, temos realizado e acompanhado várias discussões sobre essa temática, portan-

to, vale a pena a leitura da editoria Se Liga na Reforma.

Como é de costume, a revista também traz um panorama das atividades do Sescon/RJ, mostrando a atuação da entidade nas mais variadas frentes, com iniciativas que reforçam nosso compromisso com o diálogo institucional, a representação da categoria e a construção de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento dos negócios e o exercício das atividades contábeis. Vale ressaltar que essas iniciativas e agenda fazem parte do trabalho permanente de representação do setor, aproximando o Sescon/RJ dos diferentes atores que participam da construção das políticas públicas e das decisões que interferem diretamente no ambiente empresarial.

Os artigos de opinião trazem sempre análises sobre temas relevantes para a nossa atividade, trazendo diferentes perspectivas e contribuindo para ampliar o debate sobre os caminhos da profissão e os desafios do mercado.

Devo destacar, ainda, a matéria especial sobre o evento que celebramos os 40 anos do Sescon/RJ, realizado em nossa sede e que reuniu os principais atores que contribuíram para a história dessa entidade. Foi um momento de total reconhecimento de uma trajetória construída com trabalho, representatividade e compromisso com o desenvolvimento da atividade contábil no Estado do Rio. Na ocasião, também lançamos o selo comemorativo dos 40 anos, que simboliza não apenas o passado que nos orgulha, mas, a disposição de seguir avançando em nossas atividades.

Boa leitura!



SESCON/RJ

SISTEMA FENACON

Edição 186

Expediente

SESCON Rio de Janeiro

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro
Av. Passos, 120, 6º e 7º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20051-040 | (21) 2216-5353

sesconrj@sescon-rj.org.br | www.sescon-rj.org.br

DIRETORIA DO SESCOB RIO DE JANEIRO

1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026

DIRETORIA EFETIVOS

Presidente

Samir Ferreira Barbosa Nehme

Vice-presidente

Mauro H. Benevenuto Machado

Tesoureiro

Carlos de Oliveira Marinho

Secretária

Aline da Costa Bolorini

Diretora Social

Ilan Rodrigues de Farias Renz

DIRETORES ADMINISTRATIVOS - EFETIVOS

Alan Rianelli Duarte Melo

Claudia Lolita da Silva Freitas

Elisângela Castelo Coelho

Jean Felipe Giehl Coelho

DIRETORIA - SUPLENTES

Francisco de Assis Melo Junior

Ivone Barbosa dos Santos

Pedro Pereira Mendes Junior

CONSELHO CONSULTIVO

Antonio Carlos Pinto de Azeredo

Edson Dupret

Francesco Camevale

Jader Cândido Melo

Manuel Domingues e Pinho

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS

Anderson Ferreira Moreira

Carlos Alberto Santos Moraes

Victor Avelino da Mota

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Anderson Martins Ribeiro da Silva

Aurio Rolveg Dill

Pedro Marcio Rosa

PRODUÇÃO EDITORIAL E DESIGN

Departamento de Comunicação

Carlos Henrique Martins

Yasmim Martins Camara

Editor Responsável

Alan Pereira

Reportagem

Adriana Estephany

Alan Pereira

Bianca Souza

Bruno Mota

Gabriel Maia

Diagramação e arte

Bruna Di Giorgio

PROJETO GRÁFICO

Contextual Comunicação

FOTOGRAFIA

Arquivo SESCOB/RJ / FreePik / Mateus

Redação: imprensa@sescon-rj.org.br



Fale conosco: (21) 2216-5353

SUMÁRIO



03

PALAVRA DO PRESIDENTE

05

NOTÍCIAS

07

MATÉRIA ESPECIAL

CAFÉ COM PALESTRA

09



10

SESCON MULHER

13

PANORAMA



15

FALA EMPREENDEDOR

16

MATÉRIA DE CAPA

29

OPINIÃO

31

SE LIGA NA REFORMA

33

SESCON EM AÇÃO

34

GIRO POLÍTICO

ENTREVISTA

36





Reforma Tributária é tema de seminário em Petrópolis

Empresários, contadores, profissionais da área fiscal e estudantes se reuniram em Petrópolis para discutir os impactos da Reforma Tributária e os desafios da transição para o novo sistema. Realizado em 10 de julho, na Universidade Estácio de Sá, o seminário Reforma Tributária sem Mistério foi promovido em parceria pelo Sebrae Rio, Sescon/RJ, Prefeitura de Petrópolis e Associação dos Profissionais da Contabilidade de Petrópolis, com o objetivo de transformar as mudanças previstas na legislação em orientações práticas para os negócios.

A iniciativa ocorre em um momento de preparação para as mudanças que começam a ganhar efeitos mais concretos a partir de 2027. Ao longo do processo de transição, empresas de diferentes portes precisarão adaptar rotinas, sistemas, estratégias de precificação e planejamento financeiro. Para o Sescon/RJ, a disseminação de informação qualificada é uma das principais ferramentas para reduzir incertezas e contribuir para que empresários e profissionais da contabilidade estejam preparados para as novas exigências.

Presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme destacou a importância da articulação entre as instituições para ampliar o alcance das orientações. “A união entre as entidades representativas é fundamental para levar informação de qualidade, promover o debate e preparar em-

presários e contadores para esse novo cenário. Quando trabalhamos juntos, fortalecemos todo o ambiente de negócios.”

A programação foi organizada para aproximar o conteúdo técnico da realidade enfrentada pelas empresas. Durante a manhã, os participantes acompanharam a palestra magna Empresário & Contador na Nova Era Tributária, com discussões sobre o papel deles diante das mudanças e os principais pontos de atenção para a gestão. Foram abordados temas relacionados à inovação e à tecnologia, aos impactos territoriais da reforma e aos prazos de adequação para os diferentes regimes tributários.

Na parte da tarde, o seminário avançou para questões diretamente ligadas à operação dos negócios. A programação incluiu orientações sobre precificação de produtos e serviços, além de informações sobre linhas de crédito e o Fundo de Aval das Micro e Pequenas Empresas, o Fampe. Os presentes também puderam participar de oficinas práticas destinadas à simulação de cenários e à aplicação dos

conhecimentos de acordo com as características de cada setor.

Para o Sebrae Rio, o planejamento antecipado será decisivo para que os empreendedores atravessem o período de transição com maior segurança. Bruno Leonardo, coordenador regional do Sebrae Rio em Petrópolis, reforçou a importância de buscar informação antes que as novas regras estejam plenamente incorporadas à rotina das empresas. “A transição exige um olhar atento ao planejamento financeiro. As empresas que buscarem informação o quanto antes vão chegar mais bem preparadas legalmente para este novo cenário da reforma tributária e o Sebrae está aqui para apoiar nas dúvidas.”

A realização do seminário reforça o papel do Sescon/RJ na aproximação entre o setor contábil, o empresariado e instituições que atuam no desenvolvimento econômico. Ao levar o debate para Petrópolis, a iniciativa amplia a circulação de conhecimento para além da capital e fortalece a atuação conjunta em um dos principais desafios do ambiente empresarial brasileiro.





Nova diretoria no SindilijasRio

A nova diretoria do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilijasRio) tomou posse para o quadriênio 2026-2030 em solenidade realizada no dia 10 de julho, na sede da entidade, no Centro do Rio. A cerimônia reuniu empresários, representantes dos poderes públicos, dirigentes de entidades empresariais e parceiros, em um momento marcado pela defesa do associativismo e pela necessidade de fortalecer o ambiente de negócios no estado.

À frente da 33ª diretoria, o empresário Aldo Gonçalves segue na presidência do SindilijasRio, entidade que se aproxima dos 94 anos de atuação. Em seu discurso de posse, destacou a trajetória construída pela instituição e o papel da representação empresarial diante das transformações que afetam o comércio. “Nas últimas décadas, o SindilijasRio, reconhecido como a Casa do Lojista, consolidou-se como um interlocutor permanente junto aos poderes públicos e à sociedade”, afirmou.

Entre os principais temas presentes na solenidade esteve a Reforma Tributária, apontada como uma das transformações que exigirão maior capacidade de adaptação das empresas. O assunto ganhou relevância também diante da necessidade de ampliar o diálogo entre diferentes segmentos empresariais e os profissionais responsáveis por apoiar os negócios na tomada de decisões.

Presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, participou da mesa de honra e ressaltou a relação construída entre as entidades. Ao comentar a atuação do SindilijasRio, definiu a instituição como uma “casa onde os amigos se encontram” e destacou que a longevidade da entidade está relacionada à qualidade de seus dirigentes e à competência dos profissionais que a integram.

Para Nehme, o momento de mudanças no sistema tributário reforça a importância da parceria entre contadores e empresários do comércio. Com a implementação gradual da Reforma Tributária, empresas de diferentes portes precisarão compreender os impactos das novas regras sobre suas operações, custos, planejamento e estratégias de crescimento. Nesse cenário, a atuação conjunta entre entidades representativas e profissionais da contabilidade pode contribuir para ampliar o acesso à informação e preparar os negócios para as mudanças.

A necessidade de adaptação foi um dos pontos destacados também por Aldo Gonçalves em seu discurso. Além da Reforma Tributária, ele citou desafios relacionados à gestão de pessoas e aos ambientes de trabalho, ao avanço da inteligência artificial, às mudanças no comportamento do consumidor e à evolução do varejo. Segundo o presidente, cabe ao SindilijasRio atuar na antecipação de cenários, na orientação dos empresários e no estímulo à inovação.

A solenidade também evidenciou a importância da articulação entre entidades para enfrentar questões que ultrapassam os interesses específicos de cada setor. Representantes do Legislativo, Judiciário, indústria, comércio e empreendedorismo destacaram a necessidade de diálogo, segurança jurídica, redução da burocracia e construção de condições mais favoráveis para quem produz, investe e gera empregos no Rio de Janeiro.

“
casa onde os amigos
se encontram
”

Em um período de mudanças regulatórias e tributárias, a cooperação entre empresas e profissionais da contabilidade ganha espaço não apenas no cumprimento de obrigações, mas também no planejamento e na tomada de decisões.





Quatro décadas de história

Uma trajetória construída por diferentes gerações, marcada por conquistas, desafios e novos caminhos



Quatro décadas de história, representatividade e transformação. Foi com esse espírito que o Sescon/RJ iniciou, no dia 27 de agosto, as comemorações de seus 40 anos. A solenidade reuniu ex-presidentes, dirigentes, autoridades, representantes de entidades empresariais e profissionais da contabilidade para celebrar a trajetória da entidade e apresentar novos projetos.

A programação contou com vídeo institucional, homenagens e pronunciamentos de representantes dos setores empresarial e contábil e do poder público. Entre os presentes estavam o vice-presidente de Desenvolvimento Profis-

sional do CRCRJ, Edilson Junior, representando o presidente Rafael Machado; o vice-presidente da Região Sudeste da Fenacon, Ricardo Monello; o vereador licenciado do Rio de Janeiro, Pedro Duarte; o diretor regional do Senac Rio de Janeiro, Sérgio Ribeiro; e o presidente do Conselho Deliberativo Estadual do Sebrae Rio, Robson Carneiro.



Na ocasião, foram descerra-

das as fotos dos ex-presidentes Renato Mansur e Maurício Germano da Luz, que passaram a integrar a galeria de ex-dirigentes. A celebração marcou ainda o lançamento do podcast e do selo comemorativo dos 40 anos, dentro de uma programação que se estenderá por 2027.

Para o presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, a marca representa a contribuição de diferentes gerações. “É uma trajetória em que cada pessoa deixa um pouco da sua contribuição”, afirmou. Diante dos desafios do movimento sindical, ele reforçou a necessidade de manter uma atuação forte e próxima da categoria. “Com serviço, vontade e empenho, a gente consegue mudar essa história.”



O vice-presidente Mauro Benevenuto, que mantém uma relação de longa data com a entidade, também destacou a influência do Sescon em sua formação como empreendedor. “Encontrei pessoas que eu olhava e pensava: são modelos legais para seguir”, contou. Para ele, a experiência construída ao longo dos anos projeta um futuro de ainda mais destaque para o sindicato.

O início de tudo

A história começou em 1986, quando empresários contábeis, entre eles Orlando Lima, Eurico Diniz e Guilherme Romay Filho, se reuniram para criar uma associação profissional com o objetivo de ampliar a voz da categoria. Seis meses depois, a associação se transformou em entidade sindical para fortalecer a representatividade e liderar as negociações das Convenções Coletivas. Em 1987, veio o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho.

Em 1996, o Sescon/RJ ampliou sua atuação para as categorias de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas. Atualmente, representa mais de 30 atividades econômicas e atua na defesa dos interesses empresariais, na capacitação e no fortalecimento do setor.

Entre os personagens dessa trajetória está Hélio Donin, presidente entre 1994 e 1997, que recorda os desafios dos primeiros anos. “Era um trabalho muito árduo. Tivemos grandes empresários colaborando com o Sescon”, afirmou. Durante sua gestão, criou a revista do Sescon/RJ e esteve à frente da quarta Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis no Rio de

Janeiro, que reuniu mais de mil participantes.

Atual diretor político-institucional e ex-presidente, Renato Mansur está ligado ao sindicato há 18 anos. “O Sescon transformou minha vida de empresário”, enfatizou.

Selma Gama, que foi diretora e posteriormente presidente, resalta a importância de fortalecer o associativismo. “Estamos precisando de novos associados, de novas pessoas que venham nos abraçar e nos ajudar para que essa luta não pare”, disse.

Primeira mulher a presidir o sindicato, Márcia Tavares destaca esse legado. “Eu vejo que as pessoas estão continuando com esse legado, e isso é muito importante”, ressaltou.

Para César Kirszenblatt, presidente do CAMP Mangueira, o diálogo com o poder público também é fundamental para o futuro do setor. “O Sescon tem que ouvir, entender bem quais são as necessidades e propor, junto aos governos, melhorias”, afirmou.

Ao completar 40 anos, o Sescon/RJ celebra uma história construída por diferentes gerações. A solenidade foi também um ponto de partida para um novo ciclo, marcado por inovação, comunicação e pelo compromisso de continuar fortalecendo empresas e profissionais.

Um novo canal de conexão

O aniversário também trouxe novidades para a comunicação. Durante a solenidade, foi inaugurado oficialmente o podcast da entidade, criado para ampliar o diálogo com empresários, profissionais da contabilidade e representantes do setor.

Com a SS Parisi como patrocinadora, o projeto terá convidados, empresários e especialistas para conversas sobre temas relacionados ao universo contábil. Para o CEO Sandro Parisi, a iniciativa representa uma forma de retribuir à classe da qual faz parte há mais de quatro décadas. “É uma gratidão poder entregar alguma coisa a quem fez a nossa empresa crescer, que é a classe contábil”, exaltou.



Selo 40 anos

O selo comemorativo dos 40 anos também foi apresentado oficialmente durante a celebração. A identidade visual será utilizada nas comunicações e documentos do Sescon/RJ até o final de 2027 e estará presente em uma programação especial com entrevistas, ações e ativações, incluindo, produtos comemorativos. Mais do que marcar uma data, o selo representa a união entre a tradição construída em quatro décadas e o olhar para o futuro.





Simplex Nacional diante das novas regras

A edição de julho do Café com Palestra colocou a Reforma Tributária no centro das discussões, com foco nas opções de IVA, CBS e IBS para empresas optantes pelo Simplex Nacional. O encontro reuniu mais de 100 profissionais no Sescon/RJ para uma manhã dedicada à compreensão das mudanças previstas para setembro de 2026 e aos caminhos que podem ser adotados pelos escritórios contábeis na orientação de seus clientes.

A partir da nova sistemática, as empresas do Simplex Nacional terão de avaliar duas possibilidades para o recolhimento dos tributos. Uma delas mantém a forma tradicional, com os impostos concentrados no DAS. A outra segue um regime híbrido, no qual o IVA será recolhido fora do documento, enquanto ISS, ICMS, IRPJ, CSLL e CPP permanecem no Simplex. A escolha pode produzir efeitos diferentes sobre a carga tributária e terá como um dos principais critérios a possibilidade de geração e aproveitamento de créditos.

A palestra foi conduzida por Pedro Mendes, empresário contábil, especialista em Simplex Nacional e diretor do Sescon/RJ, que apresentou os aspectos que devem ser considerados pelos profissionais antes da tomada de decisão. Segundo o especialista, a análise não pode se limitar ao valor dos

tributos pagos pela empresa, já que a relação comercial mantida com clientes e fornecedores também interfere na escolha. “O que vai ditar a escolha será a geração de crédito, onde o tradicional gera um valor bem pequeno e no híbrido o valor integral”, explicou.

Na avaliação do palestrante, entre as principais dúvidas que ainda cercam a mudança estão justamente a forma de analisar a carteira de clientes, estruturar o planejamento e definir como esse novo trabalho será conduzido e cobrado. A avaliação individualizada ganha importância porque empresas inseridas em diferentes relações comerciais poderão sentir os efeitos da mudança de maneiras distintas. Nesse processo, a identificação do perfil dos clientes aparece como uma etapa inicial. Pedro Mendes orientou os profissionais a separar as empresas de acordo com o tipo de relacionamento comercial. A partir dessa classificação, a análise deve avançar para os fornecedores e prestadores de serviços utilizados por cada empresa, buscando identificar em quais situações haverá necessidade de geração e aproveitamento de créditos. “Analisar a carteira de clientes e separar qual o tipo de relacionamento: se B2B ou B2C. E logo em seguida os fornecedores e prestadores de serviços deles para identificar se vão precisar gerar créditos e obter também”,

afirmou.

A preparação, portanto, começa antes da entrada efetiva das novas regras. O trabalho dos profissionais de contabilidade envolve organizar as informações disponíveis, conhecer a composição da carteira atendida e avaliar as características das operações realizadas por cada empresa. Para o especialista, esse levantamento inicial é fundamental para que as decisões sejam tomadas com base na realidade de cada negócio, em vez de seguir uma orientação única para todos os optantes pelo Simplex Nacional.

O Café com Palestra encerrou mais uma edição aproximando informação e experiência profissional em torno de uma mudança que já começa a exigir dos contadores planejamento, análise individualizada e maior atenção às escolhas que serão feitas pelos clientes.



Pedro Mendes



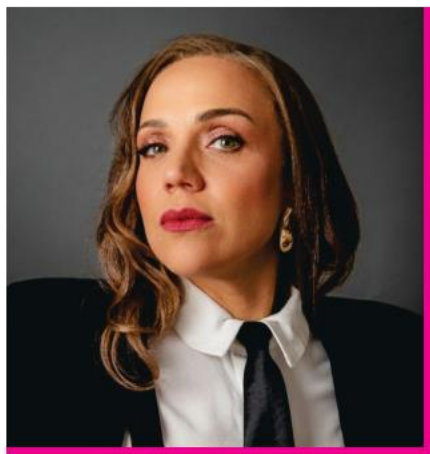
Mais do que competência: o que faz uma profissional ser reconhecida?

Em um mercado cada vez mais competitivo, a excelência técnica continua indispensável, mas já não é suficiente para garantir reconhecimento. Posicionamento, comunicação, propósito, diversidade e capacidade de fazer escolhas estratégicas também passaram a fazer parte da construção de uma carreira de sucesso.

Para as mulheres que empreendem e lideram, esses elementos ganham ainda mais relevância. Nesta edição da editoria Sescon Mulher, quatro lideranças compartilham reflexões sobre como comunicar valor, ampliar oportunidades, fazer escolhas alinhadas ao propósito e conquistar novos espaços.

Ju Nascimento

Competência também precisa ser percebida



Ser uma excelente profissional não significa, necessariamente, ser reconhecida pelo mercado.

Para a empresária contábil e administradora Ju Nascimento, um dos desafios dos escritórios atualmente é comunicar seus diferenciais em um cenário de concorrência cada vez maior.

Um erro frequente é tentar atender todos os públicos ao mesmo tempo. Quando a comunicação se torna genérica, o preço acaba ocupando o espaço que deveria ser preenchido pelo valor do serviço.

Ju também chama atenção para a diferença entre presença e posicionamento. Estar nas redes sociais não significa que o mercado compreenda o que o escritório oferece. Mais importante do que aparecer é ser lembrado pelo problema que se sabe resolver.

Outro ponto é traduzir a linguagem técnica. O empresário não quer apenas entender obrigações fiscais, mas saber como a contabilidade pode ajudá-lo a economizar, crescer com segurança e tomar melhores decisões.

Posicionamento, portanto, vai além de logo, slogan ou redes sociais. É saber para quem se trabalha, qual problema se resolve e por que o cliente deve escolher aquele profissional.

“O mercado não falta para contador bom. Falta para contador que não sabe mostrar que é competente.”

Ellen Mello

Diversidade que cria e amplia oportunidades



Falar sobre diversidade e inclusão é também falar sobre oportunidades e pertencimento. Para Ellen Mello, à frente da Embaixada de Diversidade e Inclusão Social, reconhecer diferentes histórias e perspectivas é apenas o primeiro passo. O desafio está em criar ambientes onde essas diferenças sejam respeitadas e transformadas em novas possibilidades.

A proposta da Embaixada parte de uma ideia central: diversidade amplia talentos, conhecimentos, perspectivas e inovação. Inclusão, por sua vez, não deve ser uma ação pontual, mas uma prática presente nas relações, nas oportunidades, na formação de lideranças e na cultura das organizações.

No ambiente empresarial e contábil, profissionais próximos às empresas e às suas decisões podem contribuir para organizações mais



éticas, humanas e inclusivas.

Para Ellen, promover inclusão significa ouvir novas vozes, abrir portas e criar condições para que talentos ocupem espaços de protagonismo.

“

Diversidade não divide. Diversidade amplia. Inclusão é um compromisso diário.

”

Cynthia Bastos

A empresária que existe depois dos sonhos



Toda mulher que empreende começa pensando no negócio que deseja construir. Crescimento, independência, reconhecimento e realização fazem parte desses planos. Mas existe uma transformação que acontece ao mesmo tempo: a da própria empreendedora.

Para Cynthia Bastos, contadora e presidente da Embaixada do Tempo e Propósito do SESCOB Mulher, empreender também significa aprender a tomar decisões, estabelecer limites e compreender que nem toda oportunidade precisa ser

aceita e que nem todo crescimento representa progresso.

Administrar uma empresa passa a significar também administrar o próprio tempo, a energia e as prioridades. É nesse processo que o propósito ganha força: não apenas saber onde se quer chegar, mas entender por que se está caminhando e se esse caminho está de acordo com a vida que se deseja construir.

A reflexão também envolve reconhecer a própria trajetória. Afinal, não adianta construir um grande negócio se o preço for perder a si mesma no caminho.

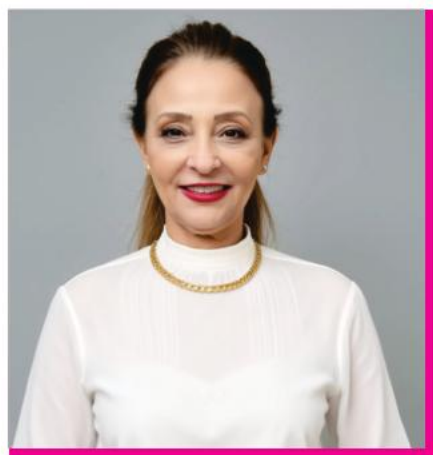
“

Tempo é patrimônio. Escolhas são estratégias. E propósito é direção.

”

Claudete Klugel

Quando a comunicação muda o lugar que ocupamos



Na contabilidade, dominar a técnica, cumprir prazos e atender às exigências legais continuam sendo fundamentais. Mas, para Claudete Klugel, contadora e presidente da

Embaixada da Comunicação e Oratória, o mercado passou a exigir uma competência adicional: saber comunicar aquilo que se sabe.

A oratória deixa de ser apenas uma habilidade para falar em público e passa a fazer parte do posicionamento profissional. Saber ouvir, traduzir informações técnicas e apresentar ideias com clareza ajuda a transformar o contador de um profissional operacional em um verdadeiro conselheiro do negócio.

Essa mudança começa em atitudes simples: ouvir antes de apresentar soluções, substituir o “contabilês” por explicações mais claras, participar das reuniões e assumir uma postura proativa diante dos desafios.

Claudete destaca ainda que comunicação não é um dom, mas uma habilidade que pode ser desenvolvida. Cada conversa, apresentação ou intervenção representa uma oportunidade de ganhar confiança e fortalecer o posicionamento profissional.

“

A diferença entre um contador comum e um contador de referência não está apenas nos números, mas na forma de se comunicar.

”

Uma carreira reconhecida exige comunicar valor, fazer escolhas estratégicas e ocupar espaços. As reflexões das quatro lideranças mostram que posicionamento, diversidade, comunicação e consciência da trajetória integram uma carreira sólida, capaz de transformar conhecimento em oportunidades.

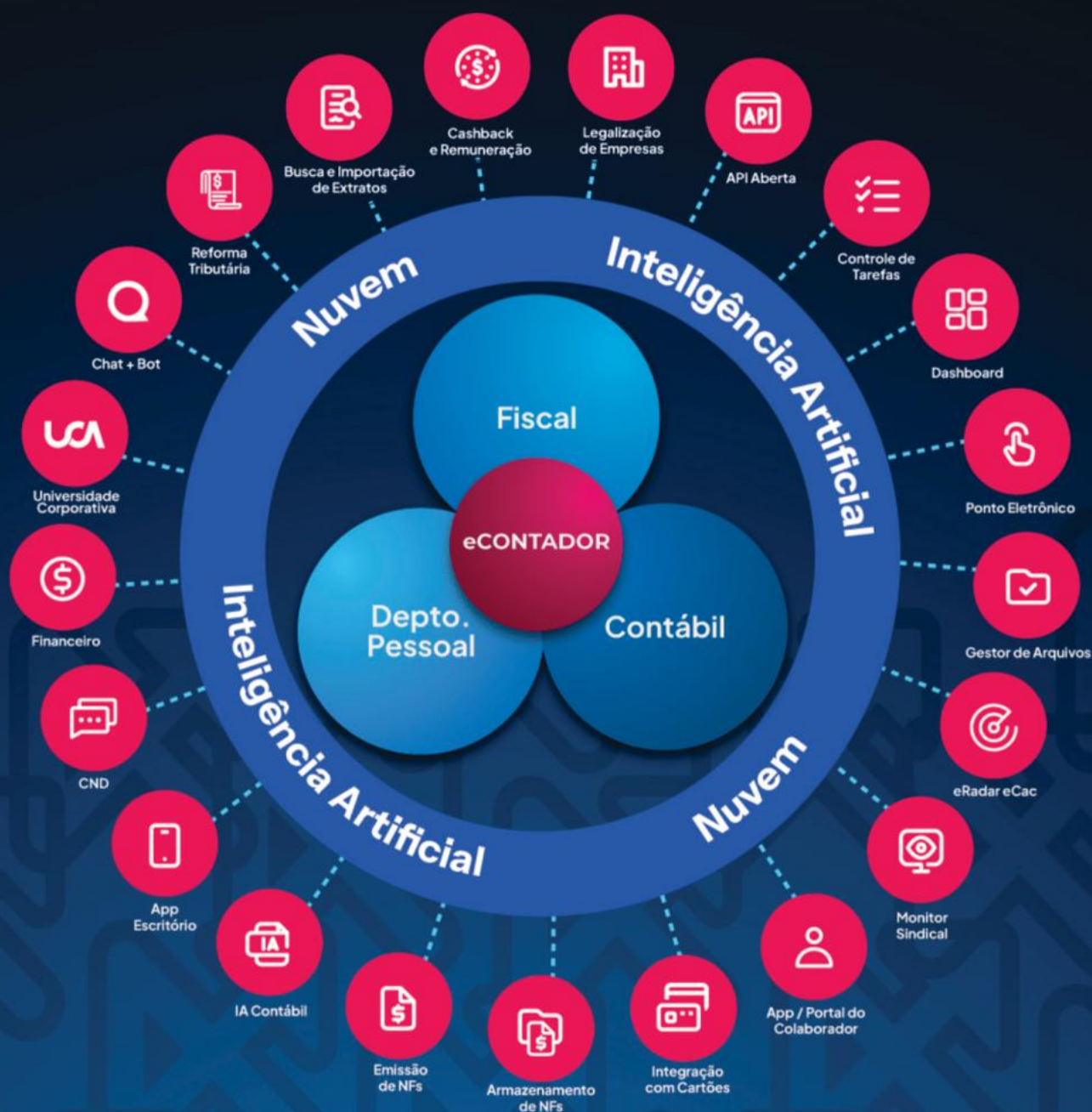


Sua contabilidade está sendo envenenada por uma **gambiarra**?

O antídoto é um **ecossistema** com integração de verdade.



Conheça agora o maior e melhor **ecossistema contábil do Brasil!**





PANORAMA

Nova gestão da RFB no Rio

A posse do Auditor-Fiscal Greco Outeiro de Faria como delegado da Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro I marcou a agenda institucional do dia 8 de julho. A cerimônia reuniu representantes do órgão e de entidades ligadas ao setor, entre eles o presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, que representou a entidade e acompanhou a mudança na condução da unidade e manteve a entidade próxima das instituições que integram a rotina dos profissionais da contabilidade e das empresas. A nova gestão assume a delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro I, vinculada à 7ª Região Fiscal.

Fórum Societário



O Fórum Societário 2026 reuniu, em 7 de julho, no Auditório do Sescon/RJ, profissionais para discutir questões que fazem parte da rotina empresarial e contábil. A programação trouxe análises sobre os desafios enfrentados pelas empresas e as mudanças que vêm influenciando decisões relacionadas à gestão e ao planejamento dos negócios. Promovido pelo Sescon/RJ, o encontro

contou com a participação de especialistas e teve o presidente da entidade, Samir Nehme, na condução da agenda. A iniciativa ampliou o debate sobre os caminhos que podem contribuir para uma gestão mais preparada diante das transformações do ambiente empresarial.

Jucerja debate REGIN 2.0



A nova presidente da Jucerja, Paola Jacob, conduziu pela primeira vez a reunião do Comitê Gestor de Integração do Registro Empresarial, realizada em 23 de julho. O encontro tratou dos próximos passos para a expansão do REGIN 2.0 nos municípios do estado. O diretor Político-Institucional do Sescon/RJ, Renato Mansur, participou da agenda e destacou a importância da iniciativa para os empresários contábeis. Segundo ele, a medida pode facilitar a constituição de empresas e reduzir etapas no processo de registro.

Agenda institucional

No dia 30 de junho, o Sescon/RJ recebeu, em sua sede, o diretor social do Sindicont-Rio, Flavio Pires. O vice-presidente Mauro Benevenuto

participou da conversa, que colocou em pauta questões relacionadas à atuação dos profissionais da contabilidade e ao trabalho desenvolvido pelas entidades.

Congresso em Belo Horizonte

O 15º Congresso Internacional de Contabilidade, Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público aconteceu entre os dias 3 e 5 de agosto, em Belo Horizonte, reunindo profissionais e representantes da área contábil em torno dos desafios da gestão pública. A programação abordou questões ligadas à contabilidade aplicada ao setor público e à qualidade dos recursos administrados. O evento que chegou à 15ª edição após passar por diferentes estados brasileiros e contabilizar mais de 26 mil participantes ao longo de sua trajetória teve a participação do presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme.

Conta Azul Con

Nos dias 5 e 6 de agosto, São Paulo recebeu a 8ª edição do Conta Azul Con, que teve como eixo as mudanças que vêm redesenhando a atividade contábil. Sob o tema "A Nova Forma", a programação colocou em discussão os impactos da Reforma Tributária e o avanço da tecnologia nos escritórios. O presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, esteve na programação, que também abordou o uso da Inteligência Artificial nas rotinas profissionais e a atuação



PANORAMA

consultiva dos escritórios.



Congresso Fenacon

A 3ª edição do Congresso Fenacon tomou conta da agenda da categoria no dia 6 de agosto, reunindo dirigentes e profissionais para discutir as transformações que vêm impactando o setor contábil e empresarial. A programação passou por temas como tecnologia, cenário econômico e Reforma Tributária, além de abrir espaço para a articulação entre representantes de entidades de diferentes regiões do país. O presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, e o vice-presidente, Mauro Benevenuto, estiveram no congresso, representando a entidade nas discussões nacionais sobre os caminhos da profissão.

Fenacon: nova diretoria

Um novo capítulo da Fenacon começou a ser escrito em 7 de agosto, em São Paulo, com a posse da diretoria que estará à frente da Federação no quadriênio 2026–2030. A solenidade também marcou os 35 anos da entidade, reunindo representantes de diferentes regiões do país em

uma celebração da trajetória construída pela categoria ao longo das últimas décadas. À frente da nova gestão está Reynaldo Lima Jr., que assumiu a presidência da Fenacon. O presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, participou da solenidade.

DP em pauta no Fórum Trabalhista



O Sescon/RJ promoveu, em 13 de agosto, o Fórum Trabalhista e DP Estratégico, no auditório da entidade, no Centro do Rio. O encontro trouxe para o debate as mudanças que vêm alterando a rotina dos escritórios e a forma de lidar com as demandas trabalhistas e do DP. Ao longo do dia, profissionais da área acompanharam discussões voltadas à atualização e ao aprimoramento das atividades desenvolvidas no dia a dia dos escritórios. A programação também abriu espaço para a troca de experiências e para uma visão mais estratégica sobre os serviços oferecidos aos clientes.

Nova unidade do CIEE na Barra

A inauguração da nova unidade do CIEE na Barra da Tijuca marcou a agenda do dia 11 de agosto, reunin-

do parceiros e representantes de instituições ligadas à atuação da entidade. A abertura do espaço amplia a presença do CIEE na região e acompanha a expansão de seus serviços. Pelo Sescon/RJ, o vice-presidente Mauro Benevenuto acompanhou a cerimônia. O encontro também o colocou em contato com diferentes representantes, criando espaço para novas conversas e aproximações.



Avanço nas negociações da CCT

Na manhã de 21 de agosto, o Sescon/RJ sediou a Assembleia Geral Extraordinária que tratou das negociações da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria contábil. A proposta apresentada foi aprovada durante o encontro e segue agora para a continuidade das tratativas. O presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, acompanhou a assembleia e explicou que a expectativa é concluir as negociações ainda neste mês, com a aprovação do texto definitivo e a posterior liberação das CCTs para os escritórios que integram a base de representação da entidade. A definição da proposta representa um avanço nas negociações e aproxima do acordo coletivo.



Convenção coletiva: quando o diálogo fortalece quem faz a contabilidade acontecer

Aline Dias

Contadora, Empresária e Diretora do Sescon-RJ



Por trás de cada Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) existe muito mais do que uma negociação de cláusulas, índices e benefícios. Há um processo de diálogo, responsabilidade e construção conjunta que impacta diretamente empresas, profissionais e o fortalecimento de toda a atividade contábil.

As negociações entre as representações patronal e laboral cumprem um papel fundamental nesse processo. De um lado estão as necessidades e a sustentabilidade das empresas e, de outro, a valorização dos profissionais que fazem parte delas. Encontrar equilíbrio entre essas duas perspectivas exige escuta, conhecimento da realidade do setor e, principalmente, disposição para construir soluções possíveis e responsáveis.

É nesse cenário que a Convenção Coletiva de Trabalho ganha relevância. Mais do que estabelecer condições aplicáveis às relações de trabalho, a CCT permite que as particularidades da nossa atividade sejam consideradas, trazendo maior segurança jurídica, previsibilidade e regras construídas a partir da realidade vivenciada pelo setor. Para o Sescon/RJ, participar dessas negociações significa assumir a responsabilidade de representar as empresas contábeis e defender condições que contribuam para sua sustentabilidade, sem perder de vista a importância das pessoas que integram e movimentam essas organizações.

Cada rodada de negociação envolve estudo, análise de cenários econômicos, avaliação de impactos, reuniões, contrapropostas e muitas horas dedicadas à busca por consenso. Nem sempre os interesses apresentados inicialmente convergem e é justamente nesse ponto que o diálogo se torna ainda mais importante. Valorizar a atividade contábil também passa por fortalecer as empresas que geram empregos, investem em tecnologia,

capacitam profissionais e sustentam uma atividade cada vez mais estratégica para o desenvolvimento dos negócios e da economia. Ao mesmo tempo, relações de trabalho equilibradas e ambientes profissionais estruturados contribuem para atrair, desenvolver e reter talentos, algo essencial diante das transformações que o mercado contábil vem experimentando.

“ Nem sempre os interesses convergem e é justamente nesse ponto que o diálogo se torna ainda mais importante. ”

Por isso, uma boa Convenção Coletiva não deve ser enxergada apenas pelo resultado de uma negociação anual. Ela representa um compromisso contínuo com o equilíbrio das relações de trabalho e com o futuro da nossa atividade. O Sescon/RJ segue empenhado em construir pontes entre o possível, o necessário e o sustentável. Porque representar também é ouvir, negociar, ponderar e defender. E quando entidades patronais e laborais compreendem a importância desse diálogo, quem ganha não é apenas um dos lados. Ganha toda a atividade contábil.



A legislação e o mundo contábil

Leis recém-aprovadas, projetos em tramitação e propostas que podem alterar regras tributárias, trabalhistas e profissionais formam um verdadeiro radar para empresas e profissionais da contabilidade. Em um ambiente de constantes mudanças, acompanhar o Legislativo deixou de ser apenas uma tarefa institucional, tornando-se uma necessidade para quem precisa antecipar cenários, orientar clientes e tomar decisões com segurança. É com esse propósito que nossa matéria principal dessa edição reúne algumas das principais iniciativas legislativas que podem produzir impactos diretos ou indiretos sobre a atividade contábil, os escritórios e as empresas brasileiras.

Entre os destaques está o PLP 108/2021, que propõe atualizar o enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI), elevando o limite de receita bruta anual de R\$ 81 mil para R\$ 130 mil e permitindo a contratação de até dois empregados. A proposta também está relacionada à atualização dos limites de enquadramento das microempresas e empresas de pequeno porte. Em 2026, o tema ganhou novo impulso com a criação de comissão especial na Câmara dos Deputados e a realização de audiências públicas para discutir o novo enquadramento do MEI e a atualização do Simples Nacional.

No nosso radar também estão PL 1.645/2022, que estabelece um piso salarial nacional para

profissionais da contabilidade que atuam no serviço público. A proposta, de autoria do deputado Paulo Follatto, prevê remuneração mínima para profissionais da área na administração pública direta e indireta, nas esferas municipal, estadual e federal, e atualmente está pronta para pauta na Comissão de Administração e Serviço Público.

Outro tema de grande interesse para a categoria é a inviolabilidade do escritório contábil. O PL 1.633/2022, de autoria do deputado Hugo Leal, propõe assegurar aos profissionais da contabilidade a inviolabilidade do escritório ou local de trabalho e de seus instrumentos de trabalho, incluindo documentos e equipamentos relacionados ao exercício profissional. A proposta está apensada ao PL 2.468/2021 e integra a discussão sobre direitos e garantias dos profissionais da contabilidade.

Há ainda uma antiga reivindicação da categoria que volta ao centro do debate, que são as chamadas “férias fiscais”. O PLP 116/2021 propõe a suspensão, entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, dos prazos para cumprimento de obrigações tributárias acessórias e para tramitação de processos administrativos fiscais. A ideia é criar um período de descanso para os contabilistas sem que isso signifique o acúmulo de obrigações imediatamente após o recesso.

Nas próximas páginas, o leitor encontrará também uma abordagem sobre o papel do contador

nas eleições, com orientações gerais sobre a atuação do profissional no atendimento a candidatos e partidos, especialmente diante das exigências de prestação de contas e das responsabilidades envolvidas na contabilidade eleitoral.

Outro projeto no radar é o “Contador Parceiro”, previsto no PL 4.463/2021, de autoria do deputado Otavio Leite. A proposta institui a figura do Escritório Contábil Parceiro e do Profissional-Parceiro, estabelecendo regras para contratos de parceria entre escritórios, profissionais e pessoas jurídicas registradas nos Conselhos Regionais de Contabilidade. A matéria recebeu substitutivo aprovado em comissões e continua em tramitação.

O caderno abordará ainda a discussão sobre o cadastro de contadores nos órgãos públicos, mecanismo que pode verificar a regularidade do registro profissional, dificultar a atuação de pessoas sem habilitação e reduzir riscos de fraudes e escritórios irregulares.

Na sequência, vamos mostrar o contador como agente capaz de contribuir para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas, inclusive na destinação de recursos para fundos dos direitos da criança e do adolescente e em legislações que atribuem ao profissional papel estratégico na orientação de empresas, cidadãos e instituições.

Enfim, são muitas as leis e projetos que podem impactar, direta ou indiretamente, a realidade da contabilidade brasileira.



MEI: limite maior para crescer

Crescer, contratar e ampliar os negócios sem esbarrar em um limite de faturamento que já não acompanha a realidade econômica é um dos desafios dos pequenos empreendedores. Em discussão no Congresso Nacional, o PLP 108/2021 prevê elevar o teto anual do Microempreendedor Individual (MEI), hoje em R\$ 81 mil, e permitir a contratação de até dois empregados. O valor aprovado pelo Senado em 2021 foi de R\$ 130 mil, mas o texto sofreu alterações na Câmara e diferentes valores estão em discussão. A proposta também passou a incluir os limites das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).



Pedro Mendes

O tema ganhou força em 2026 com a criação de uma comissão especial na Câmara dos Deputados e a realização de audiências públicas. Paralelamente, o governo apresentou o PLP 186/2026, que propõe elevar o limite do MEI para

R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028. Para o contador e consultor tributário, Pedro Mendes, a criação da comissão representa um avanço. “O tema saiu do campo da promessa e virou pauta concreta”, afirma.



Fabio Rangel

O teto atual, de R\$ 81 mil, está em vigor desde 2018. Para Fabio Rangel, coordenador da Comissão de Reforma Tributária do Sesc/RJ, o valor perdeu contato com a realidade dos pequenos negócios. Um empreendedor pode aumentar seus preços apenas para acompanhar a inflação e acabar ultrapassando o limite sem ter registrado crescimento real. “Isso não é crescimento: é ilusão monetária transformada em consequência tributária”, afirma Rangel. Segundo ele, 101.216 MEIs foram desenquadrados por excesso de faturamento entre 2025 e 2026.

Fellipe Matos Guerra, conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), também con-

sidera o teto uma barreira para quem pretende expandir. “O limite hoje funciona menos como referência e mais como fronteira de regime”, explica. Os R\$ 81 mil equivalem a R\$ 6.750 por mês de receita bruta, antes de despesas como aluguel, insumos e folha de pagamento.

O problema se agrava quando o empreendedor ultrapassa o teto, e a régua é objetiva. Se o excesso ficar dentro de 20%, até R\$97.200, o desenquadramento produz efeitos a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. Se passar disso, o desenquadramento retroage a 1º de janeiro do próprio ano, e o empreendedor precisa refazer a apuração como microempresa no Simples Nacional, com os acréscimos legais. Para Rangel, o sistema cria um salto entre o MEI e a microempresa. “Hoje a passagem de MEI para microempresa não é uma rampa, é um degrau”, afirma.



Fellipe Matos Guerra

A possibilidade de contra-



tar até dois empregados é outro ponto importante da proposta. Atualmente, o MEI pode ter apenas um empregado, que deve receber o salário mínimo ou o piso da categoria. A proposta permite a contratação de um segundo funcionário nos mesmos termos. Para Guerra, a mudança pode ajudar negócios que já possuem demanda e precisam ampliar a operação. “Permitir o segundo contrato reconhece uma realidade que já existe”, diz. A contratação, porém, também aumenta custos e obrigações trabalhistas.

*Edmilson Machado*

O professor Edmilson Machado reforça que o crescimento precisa vir acompanhado de organização. “O cuidado é o de sempre: ter a sua empresa organizada, ter uma estrutura para poder atender à sua demanda e, acima de tudo, atender às obrigações que o Fisco impõe”, afirma. Para ele, o empresário próximo do limite deve se preparar para os próximos passos e analisar se possui estrutura para avançar de MEI para microempresa. O contador, nesse processo, tem papel fundamental no acompanhamento do

faturamento e no planejamento da mudança.

“**Hoje a passagem de MEI para microempresa não é uma rampa, é um degrau.**”

A atualização também precisa alcançar as faixas seguintes, segundo Pedro Mendes. Hoje, a microempresa tem limite de R\$ 360 mil anuais e a EPP, de R\$ 4,8 milhões. “Sem indexação, a defasagem volta em poucos anos”, alerta.

A proposta, entretanto, não é consenso. O professor Paulo Henrique Pêgas defende cautela principalmente em relação ao aumento do limite do Simples Nacional, diante das mudanças trazidas pela Reforma Tributária. “Respeito quem pensa diferente, mas não concordo com o aumento do limite para o Simples Nacional”, afirma.

Para Pêgas, o teto de R\$ 4,8 milhões já é elevado em comparação com outros países e a Reforma Tributária poderá simplificar a cobrança de impostos sobre bens e serviços a partir de 2027. Ele diferencia, porém, o caso do MEI. “O MEI é um outro instrumento e esse sim, poderia ser objeto de alguns ajustes, sem elevar demais o limite atual”, avalia.

A Reforma Tributária também deve pesar nas decisões dos pequenos negócios. Com a entrada do IBS e da CBS, a partir de 2027, o impacto será diferente conforme o perfil dos clientes. Para quem vende diretamente ao consumidor, um teto maior representa mais espaço

para faturar. Já para quem atende as empresas, a questão dos créditos pode ter total influência a competitividade. “Se for B2B, economizar tributo agora pode significar perder contrato depois”, explica Pedro Mendes.

Mais do que definir um novo teto, a discussão reforça a importância do planejamento e da previsibilidade para os pequenos negócios. Enquanto o Congresso debate as diferentes propostas, os limites atuais continuam valendo. A urgência do PLP 108/2021 foi aprovada em março por 431 votos a zero, e o projeto está pronto para votação no Plenário. Mesmo que aprovado neste ano, porém, o novo teto só produziria efeitos a partir de 2027.

*Paulo Henrique Pêgas*

Para empresários e contadores, o momento é de acompanhar a tramitação, projetar o faturamento e avaliar os impactos de cada possível mudança. Afinal, o objetivo não é apenas permitir que o MEI fature mais, mas criar condições para que ele possa crescer, contratar e avançar para novos enquadramentos de forma sustentável.



Piso para valorizar o contador público



Yasmim Monteiro

A criação de um piso salarial nacional para profissionais da contabilidade que atuam no serviço público pode representar um passo importante para reduzir as diferenças de remuneração entre municípios, estados e União. É essa a proposta do PL 1.645/2022, que estabelece um valor mínimo para a categoria e busca reconhecer a complexidade e a responsabilidade das funções exercidas pelos contadores na administração pública.

A disparidade entre os vencimentos oferecidos pelos diferentes entes públicos evidencia um dos principais desafios enfrentados pela categoria. Para Yasmim Monteiro, Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CRCRJ e Contadora Geral do Estado do Rio de Janeiro, a criação do piso representa uma forma de reconhecer as exigências da profissão. “A criação de um piso salarial nacional representa um importante avanço na valoriza-

ção dos profissionais da contabilidade no serviço público, ao estabelecer um patamar mínimo de remuneração compatível com a formação técnica, o registro profissional e a responsabilidade inerente à função.”

No substitutivo do projeto, o valor previsto para o piso é de R\$ 4.631. A quantia é inferior aos R\$ 7.272 inicialmente propostos, em uma alteração que considera as diferentes capacidades financeiras dos entes federativos, especialmente dos municípios de pequeno porte. Para Yasmim, “além da remuneração, é fundamental assegurar autonomia técnica. A valorização do contador não deve depender predominantemente de gratificações ou funções de confiança sujeitas à discricionariedade da gestão, pois esse profissional precisa ter independência para registrar com fidedignidade a realidade contábil.”

A atuação do contador público envolve diretamente áreas essenciais para o funcionamento da administração. Esses profissionais participam da execução orçamentária e financeira, da elaboração e assinatura das demonstrações contábeis, da prestação de contas e da transparência da gestão, muitas vezes lidando com orçamentos de milhões de reais. Nesse cenário, a valorização da carreira também pode ter reflexos sobre a própria qualidade da gestão pública.

“A valorização do contador também fortalece a própria gestão, já que a contabilidade produz infor-

mações essenciais para o planejamento, o controle, a transparência e a prestação de contas. Portanto, seus efeitos vão além da remuneração: contribuem para uma administração pública mais qualificada, responsável e eficiente”, afirma Yasmim.

Outro desafio está na atração e permanência de profissionais qualificados. Segundo a contadora, as diferenças remuneratórias entre órgãos e entes federativos, somadas ao elevado grau de responsabilidade técnica e legal, podem dificultar a manutenção de profissionais preparados no serviço público e impactar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.

O substitutivo estabelece ainda um prazo de 12 meses para a entrada em vigor da medida, permitindo que os entes públicos se organizem para adequar as despesas. A proposta busca, assim, conciliar a valorização profissional com a responsabilidade fiscal, tratando o piso como uma remuneração mínima nacional e não como teto salarial.

Atualmente, o PL 1.645/2022 está pronto para pauta na Comissão de Administração e Serviço Público. Para Yasmim, avançar com a discussão é reconhecer a importância da contabilidade para o funcionamento do Estado. “Mais do que uma conquista salarial, o piso representa o reconhecimento de que uma gestão pública eficiente, transparente e responsável depende de profissionais qualificados e valorizados.”



Inviolabilidade do escritório contábil



Deputado Hugo Leal

A proteção do escritório contábil e dos instrumentos utilizados pelo profissional está no centro de uma discussão que envolve prerrogativas profissionais, sigilo, proteção de dados e os limites da atuação do Estado em investigações. O tema ganha força no Congresso Nacional com o Projeto de Lei 1.633/2022, de autoria do Deputado Federal Hugo Leal (PSD-RJ), apresentado em junho daquele ano. A proposta estabelece a inviolabilidade do escritório ou local de trabalho e dos instrumentos utilizados pelos profissionais da contabilidade, incluindo servidores, computadores, documentos físicos e eletrônicos e meios de comunicação relacionados ao exercício da profissão.

A inspiração para a discussão também encontra paralelo na legislação que protege a atividade da advocacia. O Estatuto da Advocacia prevê a inviolabilidade do es-

critório e dos instrumentos de trabalho e determina que eventual quebra dessa proteção dependa de decisão judicial motivada e de mandado específico e pormenorizado, além de vedar, em determinadas circunstâncias, a utilização de documentos pertencentes a clientes que não sejam alvo da investigação.

No caso da contabilidade, a proposta do deputado procura enfrentar uma situação particularmente sensível, pois escritórios podem concentrar informações fiscais, financeiras, trabalhistas, societárias e pessoais de dezenas ou centenas de empresas. Uma busca indiscriminada em computadores ou servidores poderia, portanto, atingir dados de clientes sem qualquer relação com o fato investigado. O projeto foi apensado ao PL 2.468/2021 e passou a tramitar com outras propostas relacionadas às prerrogativas dos profissionais da contabilidade. Em 25 de novembro de 2024, a Comissão de Trabalho recebeu parecer da deputada Flávia Moraes pela aprovação das propostas, incluindo o PL 1.633/2022, na forma de substitutivo.

Para Hugo Leal, a questão central é estabelecer limites para que uma investigação legítima não se transforme em uma devassa sobre informações de terceiros. “O projeto nasceu de uma realidade concreta. Os escritórios contábeis concentram uma enorme quantidade de documentos e informações fiscais, trabalhistas, financeiras e

pessoais de seus clientes. Quando uma investigação resulta na apreensão indiscriminada de computadores, servidores e documentos, o impacto pode atingir dezenas ou centenas de empresas que não têm qualquer relação com o fato investigado”, reforça Leal.

Segundo o deputado, a inviolabilidade não deve ser confundida com imunidade ou privilégio. A proposta mantém a possibilidade de quebra da proteção quando houver indícios de autoria e materialidade, desde que por decisão judicial fundamentada e com delimitação precisa do objeto da investigação. “Não se trata de privilégio corporativo, mas de segurança jurídica e proteção de dados, princípios basilares de um Estado Democrático de Direito. A investigação deve alcançar o fato investigado, e não toda a vida fiscal e financeira da carteira de clientes do contador”, explica.

Outro ponto destacado por Leal é a necessidade de atualizar a proteção diante da digitalização da atividade. Hoje, uma única máquina ou servidor pode armazenar informações de inúmeras empresas. “Muitas vezes, o patrimônio profissional mais importante de um escritório não está em uma pasta ou arquivo físico, mas em servidores, sistemas, bancos de dados e ambientes digitais. A tecnologia mudou a forma de trabalhar, mas não pode diminuir o direito à privacidade, ao sigilo e à proteção dos dados”, alerta.

O deputado também defen-



de a participação de representante do Conselho Regional de Contabilidade no cumprimento de eventual mandado de busca e apreensão, como forma de acompanhar os limites da medida e auxiliar na separação das informações relacionadas à investigação daquelas pertencentes a terceiros. “Proteger o escritório contábil é proteger os dados e a segurança jurídica de milhões de empresas e contribuintes que confiam suas informações a esses profissionais. A contabilidade é essencial ao funcionamento da economia e precisa ter suas prerrogativas reconhecidas e respeitadas”.

Na avaliação do presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), Rafael Machado, a discussão vai muito além da proteção física do escritório. Para ele, a inviolabilidade deve ser entendida como uma prerrogativa necessária ao exercício profissional e, sobretudo, como uma garantia aos clientes que entregam ao contador informações estratégicas e pessoais. “A inviolabilidade do escritório contábil não existe para proteger paredes, equipamentos ou o patrimônio pessoal do contador. Ela deve ser compreendida como uma prerrogativa necessária ao exercício regular da profissão e, principalmente, como uma proteção aos clientes e às informações de terceiros que estão sob a guarda do profissional”, endossa.

Machado ressalta que uma operação indiscriminada pode comprometer não apenas o sigilo, mas também a própria continuidade dos serviços contábeis. A retirada de computadores, servidores, certificados digitais ou documentos pode

impedir o cumprimento de obrigações fiscais e trabalhistas de empresas que nada têm a ver com a investigação. “O impacto não se restringe ao profissional investigado. Pode atingir centenas de empresas, provocando atrasos no pagamento de salários, multas tributárias e trabalhistas, dificuldades na obtenção de crédito e prejuízos em operações comerciais e societárias”, sinaliza.

*Rafael Machado*

Para o presidente do CRCRJ, o projeto busca justamente estabelecer um equilíbrio entre a eficiência das investigações e a preservação dos direitos de terceiros. Para ele, o sigilo profissional não significa ocultação de provas, mas acesso controlado, finalidade determinada, proporcionalidade e respeito aos direitos de terceiros.

Rafael Machado também defende a presença de um representante do Conselho durante o cumprimento de eventual mandado. Segundo ele, a função seria institucional e técnica, sem impedir a atuação das autoridades, mas contribuindo para que os limites determinados pela Justiça sejam obser-

vados. “A presença do CRCRJ funciona como uma garantia procedimental adicional, protegendo o profissional, os clientes, as autoridades responsáveis pela diligência e a própria validade da prova produzida”, detalha o presidente, acrescentando que, na avaliação do CRCRJ, embora a Constituição, a legislação de proteção de dados e as normas profissionais já estabeleçam mecanismos de proteção, ainda existe uma lacuna específica sobre como deve ocorrer uma busca e apreensão em um escritório que concentra informações de diversos clientes.

Ele ressalta que não se trata de um pedido de privilégios, mas a defesa de regras que permitam conciliar investigação eficiente, devido processo legal, sigilo profissional, proteção de dados e respeito aos direitos de terceiros.

“

Não se trata de privilégio corporativo, mas de segurança jurídica e proteção de dados, princípios basilares de um Estado Democrático de Direito.

”

Com a matéria em tramitação na Câmara, o desafio agora é transformar a discussão em uma regra específica para a contabilidade. A proposta coloca em debate uma questão cada vez mais relevante diante da digitalização dos escritórios, qual seja, como garantir que uma investigação necessária alcance seus objetivos sem transformar os dados de clientes alheios ao caso em vítimas colaterais da operação.



Férias para o contador

As chamadas “férias fiscais” estão entre as antigas reivindicações dos profissionais da contabilidade e ganharam forma no Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei Complementar 116/2021. Apresentada pelos deputados Diego Andrade e Major Vitor Hugo, a proposta altera o Código Tributário Nacional para suspender, entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, os prazos para cumprimento de obrigações tributárias acessórias e a tramitação de processos administrativos fiscais.

A medida parte de uma realidade conhecida pelos escritórios contábeis. Mesmo durante o período de fim de ano, os profissionais continuam submetidos a uma rotina de declarações, escriturações, informações e demais obrigações que precisam ser entregues aos órgãos fazendários dentro de prazos específicos. O descumprimento dessas exigências pode resultar em multas e outras consequências para os contribuintes, o que mantém a pressão sobre os contadores mesmo em um período tradicionalmente associado ao descanso.

A proposta busca estabelecer uma pausa semelhante àquela existente no Poder Judiciário para os prazos processuais. A ideia é criar um intervalo no calendário fiscal sem extinguir as obrigações, mas interrompendo temporariamente seus prazos. Com isso, a contagem seria retomada após o período previsto no projeto, permitindo que os profissionais tenham um intervalo

de descanso sem a necessidade de acompanhar continuamente os calendários dos fiscos.

O projeto ganhou regime de urgência em fevereiro de 2022, após a aprovação do Requerimento 77/2022 no Plenário da Câmara. A matéria chegou a ser incluída na pauta em diferentes sessões daquele mês, mas não foi apreciada. Desde então, não houve aprovação definitiva do texto. Atualmente, a proposição permanece aguardando deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados.

A discussão sobre as “férias fiscais” também envolve uma questão mais ampla sobre as condições de trabalho da categoria. Para os escritórios, o período de dezembro e janeiro costuma coincidir com férias de colaboradores, recesso de clientes e planejamento para o novo exercício, enquanto as exigências fiscais continuam seguindo seus calendários. A suspensão temporária dos prazos poderia contribuir para uma organização mais equilibrada da rotina, especialmente em um se-

tor marcado pela necessidade de atualização constante e pelo cumprimento de numerosas obrigações.

Caso seja aprovado, o PLP 116/2021 não representará a criação de férias trabalhistas para os contadores, mas uma suspensão temporária de determinados prazos fiscais e administrativos. A diferença é importante porque o projeto não determina que os profissionais deixem de trabalhar no período. Seu objetivo é retirar, durante um intervalo específico, a pressão decorrente dos prazos abrangidos pela proposta.

A aprovação da medida depende agora da deliberação do Plenário da Câmara. Enquanto isso, a reivindicação permanece como uma das principais pautas de valorização profissional da contabilidade, ao propor que o calendário fiscal também considere a necessidade de descanso efetivo de quem também trabalha durante todo o ano para garantir o cumprimento das obrigações regulares de empresas e contribuintes.





O papel do contador nas eleições

Com a aproximação das eleições de 2026, a atuação do profissional da contabilidade ganha ainda mais relevância para candidatos e partidos. A prestação de contas exige acompanhamento técnico desde o início da campanha, com atenção aos prazos, à origem dos recursos, à documentação e às regras estabelecidas pela Justiça Eleitoral. Mais do que registrar números, o contador participa da organização financeira da campanha e da prevenção de irregularidades que podem comprometer a regularidade das contas.

*Carlos Moraes*

Para Carlos Moraes, contador especialista em contas eleitorais, esse trabalho começa antes mesmo da primeira arrecadação ou despesa. A candidatura ou o comitê precisam formalizar o Requerimento de Registro de Candidatura, obter o CNPJ de campanha e abrir as contas bancárias específicas de

campanha. A partir dessas etapas, a movimentação financeira precisa ser acompanhada de forma organizada. “O profissional contábil deve estreitar e alinhar com o candidato ou o próprio administrador da campanha para organizar os documentos e estar atento aos prazos e às movimentações diárias da campanha.”

Além da rotina de acompanhamento, os profissionais também precisam estar atentos às mudanças nos sistemas e procedimentos da Justiça Eleitoral. Segundo Tânia Scher, coordenadora da Comissão Eleitoral e Partidária do CRCRJ, em conjunto com a comissão, uma das principais novidades é o novo sistema, CONTA+JE, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral. A plataforma substitui a sistemática anterior e possui, entre outras funcionalidades, a ferramenta “Verificar Inconsistências”, além de integração com o SPCA, trazendo mais agilidade e segurança nas informações.

A comissão eleitoral do CRCRJ chama atenção ainda para a alteração promovida pela Resolução nº 23.752/2026, segundo a qual doações recebidas por Pix estão dispensadas da emissão do recibo eleitoral. Isso não elimina, porém, a necessidade de manter relatório contendo o CPF e o valor de cada doação, para fins de fiscalização. Também são considerados pontos de atenção as candidaturas de mulheres, pessoas negras e indígenas, especialmente na destinação e comprovação dos recursos do FEFC e do

Fundo Partidário.

Entre as atribuições estão a classificação das receitas por fonte, o registro das despesas, o acompanhamento dos limites de gastos, a orientação sobre documentação fiscal, a movimentação bancária e o registro tempestivo das informações no sistema da Justiça Eleitoral. Após a campanha, o profissional acompanha a prestação de contas final, as diligências da Justiça Eleitoral e a apresentação de documentos até a aprovação das contas, quando se encerra sua responsabilidade técnica. Pela legislação, o profissional da contabilidade responde solidariamente com o candidato pelas contas de campanha.

É justamente no acompanhamento cotidiano que podem ser evitados alguns dos problemas mais comuns. Carlos aponta a mistura de recursos entre as contas bancárias da campanha e o descumprimento dos prazos como situações que exigem atenção. “Sem dúvida, um dos principais problemas é a mistura de numerário das Contas Bancárias da campanha, bem como também a perda do prazo para o envio da Prestação de Contas Parcial.”

Os prazos também estão entre as principais preocupações durante a campanha, especialmente em relação ao envio das informações financeiras à Justiça Eleitoral. Para Carlos Moraes, “o envio do relatório financeiro de 72 horas, que informa as doações efetuadas na conta bancária própria, e a atenção ao prazo para a prestação de contas



parciais são as principais preocupações do contador, pois, caso seja enviada fora do prazo legal, geralmente traz enormes consequências para a aprovação da prestação de contas do candidato”, sinaliza.

Além dos prazos, a consistência das informações é fundamental para evitar questionamentos posteriores. A Comissão Eleitoral do CRJR relaciona, entre os erros mais recorrentes, a movimentação de recursos sem identificação, o recebimento de recursos de origem não identificada, a utilização incorreta de recursos públicos, despesas pagas em valor diferente daquele registrado, notas fiscais incompatíveis com o serviço efetivamente prestado, fornecedores sem capacidade aparente para executar o serviço, documentos fiscais emitidos incorretamente, despesas de pessoal sem detalhamento suficiente, omissão de movimentação e informações divergentes entre os sistemas.

Por isso, o acompanhamento precisa começar antes da movimentação financeira e permanecer durante toda a campanha. Tânia reforça, “O profissional especializado em eleitoral não deve trabalhar como um contador de fechamento. Ele precisa trabalhar como um contador de acompanhamento. Na prática,

isso significa verificar o CNPJ, as contas bancárias, as procurações e o sistema antes de qualquer operação, além de confirmar se o candidato ou partido atende aos pré-requisitos previstos na legislação eleitoral. Durante a campanha, as movimentações financeiras devem ser acompanhadas de forma concomitante.

Para os profissionais que ingressam pela primeira vez na área, a capacitação específica também é necessária. As regras eleitorais possuem particularidades que diferenciam a atividade da rotina contábil empresarial. “O primeiro cuidado é entender que contabilidade eleitoral não é simplesmente contabilidade empresarial aplicada a uma campanha política. O profissional precisa se capacitar na área, para atuar junto a campanha, pois existe legislação própria, regras específicas de arrecadação e gastos e procedimentos próprios da Justiça Eleitoral”, afirma Tânia.

A importância desse acompanhamento está também nas consequências que podem resultar de uma prestação de contas irregular. Para o candidato, a rejeição ou a não prestação de contas pode impedir a obtenção da certidão de quitação eleitoral. Para o partido, pode haver perda do repasse de quotas do Fun-

do Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), além da obrigação de devolução integral de recursos irregulares ao Tesouro Nacional.

Nesse contexto, a atuação contábil assume uma dimensão que ultrapassa o cumprimento de uma obrigação formal. Para Tânia Scher e a Comissão Eleitoral do CRJR, “a prestação de contas eleitoral representa, em grande medida, a rastreabilidade financeira da campanha.” Em um cenário de regras específicas, sistemas atualizados e prazos rigorosos, a presença do profissional contábil desde o início da campanha se torna ainda mais parte essencial da condução regular das eleições.



Tânia Scher

Associe-se ao SESCON-RJ

**Transforme benefícios em resultados,
através de uma rede de vantagens
pensada para fortalecer você, sua
empresa e seu dia contábil.**

**Associe-se agora e faça
parte do SESCON-RJ!**





Contador como articulador de políticas públicas



Samir Nehme

A atuação do contador vai muito além do cumprimento de obrigações fiscais e contábeis. Pela proximidade com empresas, empreendedores e cidadãos, o profissional ocupa uma posição estratégica para traduzir a legislação, orientar decisões e estimular a participação em iniciativas capazes de gerar impacto social. Essa atuação também pode contribuir para o aprimoramento e a efetivação de políticas públicas.

Um exemplo é a destinação de parte do Imposto de Renda aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, que financiam ações e projetos voltados à promoção e à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. O mecanismo ainda é pouco conhecido por parte da sociedade. Nesse cenário, a atuação do contador pode fazer a diferença, ajudando empresas e pessoas físi-

cas a compreenderem as regras e as possibilidades de participação.

Para Samir Nehme, presidente do Sescon/RJ, a posição ocupada pelo profissional permite transformar o conhecimento técnico em uma ferramenta de participação social. “O contador pode traduzir a legislação para a realidade das pessoas e das empresas, apresentar possibilidades e incentivar a participação em iniciativas que tenham impacto social”, declara.

A falta de informação é um dos principais desafios para ampliar a adesão a esses mecanismos. Também existe, em alguns casos, a percepção equivocada de que a destinação representa um custo adicional ou o pagamento de mais imposto. Cabe ao profissional esclarecer as regras e mostrar que se trata de uma possibilidade prevista na legislação, dentro dos limites estabelecidos.

“O contador funciona como um elo entre a legislação, o setor produtivo e a sociedade. Ele ajuda a transformar instrumentos que estão previstos nas normas em ações efetivas”

Essa atuação pode se estender a outros instrumentos, como incentivos fiscais, mecanismos de res-

ponsabilidade social e iniciativas que permitem a destinação de recursos para áreas de interesse público. Para isso, é fundamental que o contador esteja devidamente atualizado sobre essas possibilidades e consiga apresentar essas alternativas de forma clara, responsável e segura.

“O contador pode traduzir a legislação para a realidade das pessoas e das empresas, apresentar possibilidades e incentivar a participação em iniciativas que tenham impacto social”

Para o presidente, “O contador funciona como um elo entre a legislação, o setor produtivo e a sociedade. Ele ajuda a transformar instrumentos que estão previstos nas normas em ações efetivas”, destaca.

Nesse movimento, o Sescon/RJ contribui para ampliar essa visão dentro da categoria, estimulando a atualização e o debate sobre o papel da profissão. Ao atuar também como fonte de informação e orientação, o contador amplia sua contribuição para além da rotina dos escritórios e se aproxima de questões que impactam diretamente os interesses da sociedade brasileira, fortalecendo sua atuação em temas de interesse coletivo.



Escritório Contábil Parceiro

Uma proposta que busca modernizar as relações profissionais no setor contábil e dar segurança jurídica às parcerias entre escritórios e profissionais da área voltou ao centro das discussões no Congresso Nacional. O Projeto de Lei nº 4.463/2021, de autoria do ex-deputado Otávio Leite, instituiu o modelo denominado “Escritório Contábil Parceiro”. Após a saída de Leite do legislativo, o deputado Hugo Leal apresentou o PL 736/2023, de conteúdo semelhante, que foi apensado ao projeto original, que permanece como proposição principal.

A proposta pretende formalizar contratos de parceria entre escritórios de contabilidade, contadores, técnicos em contabilidade e outras empresas do setor, sem que a relação seja automaticamente caracterizada como vínculo empregatício ou societário. O texto cria as figuras do Escritório Contábil Parceiro Líder, Escritório Contábil Parceiro e Profissional-Parceiro, além de estabelecer a necessidade de contrato escrito. A tramitação avançou pela Comissão de Trabalho, em 2024, e pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, em 2025. Atualmente, aguarda parecer na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços.

De acordo com o autor da ideia original, Otávio Leite, a iniciativa nasceu da preocupação com o fortalecimento e o reconhecimento da profissão contábil. Segundo ele, nos tempos atuais, o mundo do tra-

balho exige, cada vez mais, flexibilidade e versatilidade. “Nos últimos anos experimentamos a possibilidade real do trabalho remoto. Ainda, vale dizer que as pessoas em geral querem mais autonomia e o somatório destes fatores já fundamenta a ideia de institucionalização jurídica das parcerias entre os profissionais da contabilidade”, afirma.



Otávio Leite

Inspirado também no modelo do “salão-parceiro”, Leite defende que a legislação acompanhe as novas formas de organização do trabalho. Para ele, a parceria pode estimular a colaboração e a especialização. “A colaboração recíproca entre os profissionais do setor somente trará avanços técnicos e positivos para a boa e eficaz prestação dos serviços de contabilidade”, destaca Leite.

A segurança jurídica, porém, é um ponto sensível. Para ele, a proteção contra relações trabalhistas fraudulentas deve ser inegociá-

vel e é preciso aprovar o Projeto com esse dispositivo. O ex-deputado também considera fundamental a mobilização da categoria para evitar retrocessos e garantir a aprovação da proposta.

Foi justamente para dar continuidade à discussão que o Deputado Hugo Leal apresentou o PL 736/2023. O parlamentar reconhece a autoria original de Otávio Leite e explica que decidiu retomar a proposta após sua saída do Legislativo. “Quando ele deixou de exercer o mandato, entendemos que uma boa ideia não poderia deixar de avançar por uma circunstância política”, afirma.

Na avaliação de Leal, o mercado já pratica relações de colaboração entre escritórios e especialistas, mas falta um marco específico para disciplinar responsabilidades, remuneração, tributos, condições da parceria e formas de rescisão. “O projeto busca justamente organizar juridicamente uma prática que já vivenciamos, oferecendo maior transparência e segurança para todas as partes”, explica.

O deputado ressalta que uma parceria legítima precisa envolver autonomia, objeto contratual definido, responsabilidades próprias e critérios claros de remuneração. Para ele, quando houver verdadeira autonomia profissional, a legislação precisa garantir segurança jurídica. Quando estiverem presentes os elementos de uma relação de emprego, o contrato não poderá ser utilizado para afastar



direitos trabalhistas.

Leal ressalta que o desafio é equilibrar liberdade empresarial e responsabilidade profissional. Ele destaca que a contabilidade moderna exige cada vez mais especialização, cooperação e integração entre profissionais. “O Escritório Contábil Parceiro busca dar segurança jurídica às parcerias legítimas, permitindo que escritórios cresçam e se especializem, sem abrir espaço para fraudes ou precarização das relações de trabalho”, completa.

Na visão do Sescon/RJ, a principal questão também é a insegurança jurídica. O presidente da entidade, Samir Nehme, afirma que a evolução do setor tornou natural a busca por parceiros especializados. Segundo ele, a atividade contábil evoluiu muito e hoje é absolutamente natural que um escritório tenha competências muito fortes em determinadas áreas e busque parceiros especializados em outras. “O que o setor precisa é de segurança para estabelecer relações profissionais modernas, transparentes e formalizadas”, alerta.

Samir Nehme considera que o modelo pode representar uma modernização importante, desde que acompanhado de regras claras. “Flexibilizar não significa precarizar. O objetivo deve ser per-

mitir que empresas e profissionais tenham liberdade para organizar suas atividades de maneira eficiente, preservando os direitos que efetivamente precisam ser protegidos”, detalha o presidente, acrescentando que uma parceria verdadeira deve pressupor autonomia, responsabilidades definidas, liberdade profissional e relação contratual transparente.

O presidente também vê potencial para estimular a especialização. Ele diz que um escritório pode ter excelência na área fiscal, outro em departamento pessoal, outro em tecnologia ou em determinadas áreas tributárias. Assim, a possibilidade de estabelecer parcerias formais entre eles aumenta a qualidade dos serviços e permite que os escritórios sejam mais competitivos. Segundo Nehme, o modelo pode beneficiar especialmente pequenos e médios escritórios, que nem sempre têm estrutura para manter especialistas em todas as áreas.

Para evitar conflitos futuros, ele defende contratos detalhados, com autonomia das partes, objeto da parceria, responsabilidades, remuneração, divisão de honorários, responsabilidade técnica, tratamento de informações e condições para encerramento. “Quanto mais transparente for o contrato e

mais coerente ele for com a realidade da prestação dos serviços, menor será o espaço para conflitos futuros”, sinaliza.

Sobre o substitutivo, Nehme avalia que houve avanço, mas defende aperfeiçoamentos. “Nosso entendimento é que o texto deve deixar o máximo possível de objetividade nos critérios que caracterizam uma parceria legítima, justamente para evitar interpretações divergentes no futuro”, aponta, completando que o Sescon/RJ defende uma legislação que ofereça segurança jurídica sem abrir brechas para utilização indevida do modelo.

O debate, portanto, vai além da flexibilização das relações profissionais. Está em jogo a criação de regras para uma realidade já presente no mercado contábil: a atuação integrada de profissionais e empresas especializadas em diferentes áreas de atuação. O desafio é reconhecer a autonomia empresarial e, ao mesmo tempo, impedir que um contrato de parceria seja usado para mascarar uma relação de emprego.

Para os defensores da proposta, o equilíbrio entre liberdade, segurança jurídica e responsabilidade pode abrir espaço para um novo modelo de cooperação no setor contábil.

QUER DAR MAIS VISIBILIDADE À SUA MARCA?

**RESERVE SEU ESPAÇO NA PRÓXIMA
EDIÇÃO DA REVISTA SESCON/RJ!**

DESTAQUE-SE!



Mais controle, menos fraude

A integração entre os cadastros dos órgãos públicos e os registros dos Conselhos de Contabilidade pode aumentar a segurança das informações, combater fraudes e reduzir a atuação de profissionais e escritórios irregulares. A ideia é que os sistemas públicos consigam verificar automaticamente se o contador responsável por uma empresa está regularmente habilitado, sem criar novas obrigações para os escritórios.

Para o presidente do Sescen/RJ, Samir Nehme, a medida também valoriza os profissionais que atuam dentro da legalidade. “A possibilidade de verificar a regularidade do profissional contribui para prevenir fraudes e reduzir a atuação de pessoas ou empresas que prestam serviços contábeis de forma irregular. Ao mesmo tempo, valoriza os profissionais e escritórios que investem em qualificação, cumprem suas obrigações e atuam dentro das normas estabelecidas”, afirma.

Hoje, porém, as informações estão distribuídas em diferentes sistemas. Receita Federal, Juntas Comerciais e outros órgãos possuem cadastros próprios, enquanto os dados sobre registro e habilitação profissional estão nos Conselhos de Contabilidade.

Para o vereador do Rio de Janeiro, Pedro Duarte (PSD), a falta de integração faz com que empresas e profissionais tenham de fornecer as mesmas informações diversas vezes e, em alguns casos, ainda

lidar com documentos físicos. “Precisamos melhorar a integração entre esses cadastros. Em diferentes sistemas, a informação ainda é prestada diretamente pelo contribuinte ou pelo usuário, sem uma validação integrada e automática com a base do Conselho”, explica.



Vereador Pedro Duarte

Segundo o vereador, não seria necessário criar um novo cadastro. Os órgãos poderiam se conectar às bases existentes, utilizando informações já fornecidas pela empresa e realizando a validação automática junto ao Conselho. Dessa forma, seria possível confirmar a situação do registro, a categoria profissional e, no caso de escritórios, a regularidade da pessoa jurídica.

Além de reduzir burocracia, o mecanismo ampliaria a rastreabilidade das informações utilizadas pelo poder público. Saber quem é o profissional responsável por dados contábeis e fiscais facilita auditorias, esclarece eventuais inconsistências

e ajuda a combater situações como o uso indevido do registro de terceiros e a atuação de pessoas sem habilitação.

O próprio contador também poderia acompanhar os vínculos registrados em seu nome, aceitando, recusando ou encerrando relações de forma digital. Para Duarte, a experiência da advocacia mostra que é possível fortalecer a fiscalização sem aumentar a burocracia: “A verificação roda em segundo plano e só aparece quando há problema. E é esse o modelo que defendo: validação automática no momento do cadastro, sem exigir do profissional documento extra algum”, ressalta.

Para Samir, esse é o caminho para conciliar controle e simplificação. “O princípio deve ser simples: mais integração e controle, menos burocracia. A tecnologia precisa ser utilizada justamente para facilitar a verificação e fortalecer a segurança, e não para criar obrigações acessórias”, destaca.

A integração também beneficiaria as empresas que teriam menos exigências repetidas e menor risco de problemas por inconsistências cadastrais. Para o poder público, permitiria uma fiscalização mais eficiente e direcionada para situações de maior risco. Mais do que uma ferramenta de fiscalização, a integração dos cadastros também se torna um instrumento de valorização da atividade contábil, protegendo profissionais habilitados, empresas e a própria administração pública.

**Mauro Benevenuto***Vice-Presidente do Sescon/RJ*

Além dos números... de olho nas leis!

Acompanhar a movimentação legislativa é tão importante quanto dominar as técnicas contábeis. As leis, medidas provisórias, emendas constitucionais e projetos em tramitação estabelecem ou podem alterar as regras que orientam empresas, trabalhadores e cidadãos. O processo envolve etapas de análise, discussão, emendas e votação, o que significa que a proposta pode sofrer mudanças antes de se tornar em norma.

Para a contabilidade, essa dinâmica tem consequências muito concretas. Uma mudança na legislação tributária pode exigir alterações em sistemas, procedimentos, contratos, cadastros, planos de contas e processos internos. Uma nova obrigação acessória pode demandar investimentos em tecnologia e treinamento. Uma alteração nas regras trabalhistas ou empresariais pode modificar custos, riscos e decisões estratégicas.

Por isso, acompanhar um projeto de lei desde sua apresentação não é exercício de curiosidade política. É uma forma de gestão de riscos e de antecipação de cenários.

É justamente nesse ponto que o legislativo ganha uma dimensão ainda mais relevante para a nossa profissão. O Congresso Nacional não produz apenas normas que precisam ser cumpridas depois de aprovadas. O debate legislativo sinaliza tendências, revela possíveis mudanças no ambiente regulatório e permite que setores organizados apresentem argumentos, sugestões e contribuições durante a tramitação.

O profissional da contabilidade precisa estar atento a esse movimento, sendo peça primordial também na construção de políticas públicas. Não basta saber o que mudou. É preciso entender por que mudou; o que pode mudar; quando a mudança poderá produzir efeitos e quais serão suas consequências para cada negócio.

A Reforma Tributária é talvez o exemplo mais evidente dessa transformação. A própria Receita Federal mantém uma agenda de marcos regulatórios e orientações específicas para a implementação da reforma. O alcance dessas mudanças demonstra que a contabilidade não pode trabalhar olhando apenas para o passado. O contador precisa compreender o presente e, sobretudo, antecipar o futuro.

Isso significa conhecer a legislação, acompanhar sua regulamentação, interpretar seus efeitos e traduzir tudo isso para a realidade do cliente. Significa identificar riscos, apontar oportunidades, avaliar impactos tributários e financeiros e participar das decisões empresariais. É a transformação do contador em consultor.

A tecnologia, naturalmente, é uma aliada fundamental nessa evolução. Automação, inteligência artificial, sistemas integrados e ferramentas de análise de dados já fazem parte da rotina de muitas organizações e podem liberar o profissional de tarefas repetitivas para que ele se concentre cada vez mais na análise e na orientação estratégica.

Mas tecnologia, por si só, não substitui conhecimento. Um sistema pode identificar uma alteração normativa, mas cabe ao profissional compreender seu significado, avaliar seus impactos e explicar ao empresário o que precisa ser feito. Essa talvez seja uma das maiores



oportunidades para a profissão contábil nos próximos anos.



O contador que acompanhar apenas as obrigações que já entraram em vigor estará sempre reagindo. Aquele que acompanhar também o ambiente legislativo poderá antecipar cenários e orientar seus clientes antes que a mudança se transforme em problema.

É essa postura que o mercado começa a exigir:

um profissional que conheça números, mas também compreenda negócios; que domine a legislação, mas saiba traduzi-la; que cumpra obrigações, mas também ajude a tomar decisões.

Nesse contexto, iniciativas de monitoramento legislativo ganham importância. Acompanhar projetos de lei, emendas, regulamentações e debates nas diferentes esferas do poder público é uma maneira de aproximar a contabilidade das decisões que moldam o ambiente econômico. A própria Câmara dos Deputados disponibiliza mecanismos para consulta de proposições por assunto, autor, órgão, situação e estágio de tramitação, mostrando que essa informação está cada vez mais acessível a quem deseja acompanhá-la de forma sistemática.

O contador do presente e, principalmente o do futuro, não pode ser apenas aquele que explica ao cliente o que aconteceu. Precisa ser aquele que consegue dizer o que está acontecendo, o que pode acontecer e como a empresa deve se preparar.

Olhar para o Legislativo, portanto, é também olhar para o futuro da profissão.

22 DE SETEMBRO • DIA DO CONTADOR

MÊS DO CONTADOR MERECE CONDIÇÃO ESPECIAL!

Sua equipe perde tempo acompanhando prazos, cobrando documentos e organizando tarefas em planilhas, e-mails e mensagens?

Acessórias é o sistema de gestão
para escritórios contábeis

Até
70% OFF
NA ADESAO

Até
15%
NA MENSALIDADE

Válido até 30/09/2026

 **ACESSÓRIAS**



Aponte a câmera para o
QR Code e garanta sua
condição especial!





Reforma muda jogo do Simples

Para quem está no Simples Nacional, a Reforma Tributária não significa apenas acompanhar novas regras. Significa rever cálculos, contratos, preços e até a forma de se relacionar com clientes e fornecedores. Embora o regime tenha sido preservado, as mudanças na tributação sobre o consumo vão alterar a dinâmica das relações comerciais, da formação de preços e da análise de créditos.

*Fabio Rangel*

E essa transformação também muda a rotina dos escritórios de contabilidade. Para Fabio Rangel, coordenador da Comissão de Reforma Tributária do Sescon/RJ, “durante décadas, a rotina fiscal foi organizada em torno do cálculo: apurar base, aplicar alíquota, gerar guia. No modelo do IVA dual, o cálculo é a parte fácil, quem calcula, cada vez mais, é o sistema. O que passa a determinar o resultado é a qualidade do dado que alimenta esse cál-

culo”, esclarece.

Para as empresas do Simples, uma das principais questões será avaliar como aproveitar as possibilidades trazidas pelo novo sistema. A partir de 1º de janeiro de 2027, IBS e CBS passam a integrar os tributos abrangidos pelo Simples Nacional. A empresa poderá mantê-los dentro do DAS ou optar pela apuração no regime regular, o chamado Simples híbrido. “O Simples Nacional continua existindo, mas o mundo ao redor dele mudou”, resume Diego Porto, consultor tributário e professor.

*Diego Porto*

A escolha, porém, não vale da mesma forma para todas. A partir de 2027, empresas com receita bruta acumulada acima de R\$3,6 milhões passam a recolher o IBS pelo regime regular, fora do DAS. A CBS permanece sujeita ao limite geral de R\$ 4,8 milhões. O perfil dos clientes, os fornecedores, os custos, a margem e a forma como a empresa com-

pra e vende precisam entrar nessa conta.

*Pedro Mendes*

É justamente nessa relação entre tributação e competitividade que o crédito ganha peso. Para Pedro Mendes, contador e consultor tributário, “é o crédito que define se a empresa continua competitiva vendendo para outra empresa.” A lógica, porém, não se aplica automaticamente por setor. O crédito transferido só tem valor econômico quando o comprador está no regime regular e pode aproveitá-lo.

A estrutura de custos também interfere diretamente no resultado. Uma empresa com volume significativo de aquisições que geram créditos terá uma situação diferente de outra cuja operação é concentrada em mão de obra. “Empresa com muita compra de insumo, como comércio e indústria, tende a se beneficiar do híbrido, porque acumula crédito na entrada e ainda entrega crédito na saída. Empresa de servi-



ço com folha alta é o oposto: a folha não gera crédito, então ela vai debitar a alíquota cheia e ter pouco a compensar”, explica Mendes.

Duas normas publicadas em agosto reforçam a necessidade de revisar processos. A Resolução CGSN nº 190/2026 trouxe mudanças na apuração do Simples e estabeleceu novas regras para o faturamento e para a composição da receita bruta. Já a Resolução CGSN nº 191/2026 determinou que, a partir de 1º de novembro de 2026, microempresas e empresas de pequeno porte do Simples deverão emitir NFS-e de padrão nacional.

A própria transição pode ser usada como laboratório. A opção pelo regime regular de IBS e CBS para 2027 deve ser feita entre 1º e 30 de setembro de 2026 e pode ser cancelada até o fim de novembro. Há ainda uma segunda janela, de 1º a 31 de março de 2027, para quem quiser fazer a opção com efeitos no segundo semestre. “Eu gosto muito da ideia de usar esses 90 dias como um laboratório”, afirma Porto.

Uma simulação adequada deve mostrar os efeitos de cada alternativa e permitir que o empresário compreenda não apenas a tributação, mas também seus impactos financeiros e comerciais. “Com isso na mão, o contador consegue simular os dois cenários e mostrar número, não opinião”, destaca Mendes.

A Reforma amplia, assim, o espaço para uma contabilidade cada vez mais próxima da gestão. Ganha valor a capacidade de interpretar informações, identificar riscos e orientar decisões. “Quando isso acontece, o valor do profissional migra para onde a máquina não chega:

o julgamento”, observa Rangel.

Para empresas e escritórios, o desafio agora é transformar a transição em planejamento. Mais do que acompanhar novas regras, será necessário compreender como elas se aplicam a cada operação, testar cenários e antecipar possíveis impactos.

Reforma Itinerante na prática

Levar informação técnica para mais perto dos profissionais é justamente a proposta do Reforma Itinerante, iniciativa do Sescon/RJ que percorre diferentes regiões do Estado com capacitação prática sobre a Reforma Tributária. A primeira edição aconteceu em 30 de julho, em Teresópolis, em parceria com a Associação dos Profissionais da Contabilidade de Teresópolis (APCTERE), reunindo profissionais das áreas Fiscal, Contábil, Departamento Pessoal e RH, além de um laboratório de Inteligência Artificial aplicada aos escritórios.



Luiz Almeida

A iniciativa nasceu da necessidade de ampliar o acesso à ca-

pacitação fora da capital. “Em vez de o contador ir até a capacitação, a capacitação vai até a associação dele”, explica Luiz Almeida, diretor de Tecnologia do Sescon/RJ e CEO da Neotec.



Francisco Melo

Para Francisco Melo, presidente da APCTERE e futuro delegado do Sescon/RJ na região, a primeira edição aproximou a entidade dos profissionais locais. “Foi muito significativo e relevante para nossa cidade, receber a primeira edição do Reforma Itinerante do Sescon/RJ”, declarou.

Além da atualização técnica, o encontro buscou mostrar como o conhecimento pode ser aplicado à rotina dos escritórios. A tecnologia foi integrada à programação justamente com esse objetivo, tornando a abordagem mais prática, acessível e próxima dos desafios enfrentados diariamente pelos profissionais.

A proposta é que o projeto continue percorrendo diferentes regiões. A próxima edição será em 23 de setembro, na sede do Sescon/RJ.



Café com empresários reúne setor contábil na Baixada



O Sescon/RJ promoveu, no dia 9 de julho, em Queimados, o Café com Empresários, encontro voltado à aproximação com profissionais da contabilidade e ao fortalecimento do diálogo com o setor na Baixada Fluminense. Realizada no Premier Flat, a iniciativa reuniu empresários para um momento de troca de experiências, relacionamento e discussão sobre os desafios enfrentados pela atividade contábil e pelo ambiente empresarial da região.

A iniciativa integra a atuação do Sescon/RJ para ampliar a presença da entidade junto aos profissionais e empresas de serviços contábeis em diferentes regiões do estado. Ao criar espaços de diálogo fora da capital, o sindicato busca conhecer de forma mais próxima as demandas dos empresários, compartilhar informações e estimular a construção conjunta de soluções para questões que impactam o dia a

diário dos escritórios.

Durante o encontro, os participantes tiveram a oportunidade de conversar sobre a realidade do setor, trocar experiências e ampliar suas redes de relacionamento. O contato direto entre empresários também favorece a identificação de desafios comuns e a construção de parcerias, fortalecendo o associativismo e a representação da categoria.

Para o presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, a aproximação com os empresários é fundamental para que a entidade esteja conectada às necessidades reais do setor. “A nossa atuação precisa estar cada vez mais próxima dos empresários e dos profissionais da contabilidade. É ouvindo quem está na ponta que conseguimos entender as demandas e trabalhar para fortalecer o nosso setor”, afirma.

A realização do Café com Empresários ocorre em um momento de importantes transformações

para a atividade contábil. Mudanças na legislação, avanços tecnológicos, novas exigências fiscais e a Reforma Tributária ampliam a necessidade de atualização e tornam ainda mais relevante a troca de informações entre profissionais.

Nesse cenário, o papel do contador também passa por mudanças. Além do cumprimento das obrigações, os profissionais são cada vez mais demandados pelos clientes como parceiros estratégicos na gestão dos negócios. A proximidade entre empresários do setor contribui para compartilhar conhecimentos, discutir caminhos e encontrar alternativas diante de um mercado em constante transformação.

A atuação regional também permite ao Sescon/RJ fortalecer seus canais de comunicação com os representados. A presença em diferentes municípios amplia o alcance das ações da entidade e possibilita que as particularidades de cada região sejam consideradas na construção de iniciativas voltadas ao desenvolvimento do setor contábil.

Ao promover o encontro em Queimados, o Sescon/RJ reforça seu compromisso com a integração dos empresários contábeis e com a valorização da atividade no estado. A iniciativa demonstra que fortalecer a representação passa também por estar presente, ouvir os profissionais e criar oportunidades para que eles compartilhem experiências e construam, coletivamente, respostas aos desafios do setor.



Debate na TV Alerj

A experiência à frente de uma entidade de classe esteve no centro da conversa com o presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, durante sua participação no podcast da TV Alerj. A gravação, em 13 de julho, trouxe para o bate-papo diferentes momentos de sua trajetória profissional e abriu espaço para uma reflexão sobre os desafios de liderar e representar uma categoria que acompanha de perto as mudanças no cenário empresarial.

Durante a entrevista, Nehme falou sobre empreendedorismo e sobre a importância de manter a

contabilidade próxima das discussões que envolvem o dia a dia dos profissionais e das empresas. A conversa também passou pelo associativismo, tema ligado à própria atuação do Sescon/RJ e à construção de uma representação capaz de levar as demandas da categoria a diferentes espaços. Ao comentar a presença da entidade em canais de comunicação e ambientes institucionais, o presidente ressaltou que ocupar esses espaços também faz parte do trabalho de representação. “É muito importante estarmos presentes em diferentes frentes de comunicação, levando informação e mostrando a importância da atividade con-

tábil para a sociedade.”

A participação na TV Alerj trouxe ainda uma oportunidade para apresentar ao público aspectos da atuação da classe contábil que nem sempre estão no centro do debate. Mais do que falar sobre a profissão, a conversa permitiu abordar o papel de quem trabalha diariamente com empresas, empreendedores e diferentes setores da economia, além da responsabilidade de uma entidade ao representar esses profissionais.

Para o Sescon/RJ, a presença em espaço ligado ao Legislativo estadual amplia as possibilidades de comunicação com a sociedade.

Sescon/RJ amplia diálogo em Itatiaia

A articulação entre entidades representativas da contabilidade e o poder público ganhou um novo capítulo em Itatiaia. No dia 19 de agosto, o vice-presidente do Sescon/RJ, Mauro Benevenuto, esteve no município ao lado do presidente do Sescon Sul-Fluminense, Antônio Carlos Pereira Telles, para uma reunião com o prefeito Kaio Márcio.

A iniciativa conjunta colocou em discussão demandas que fazem parte da rotina de quem atua na área e da própria administração municipal. Entre os assuntos tratados estiveram a realização de eventos regionais de capacitação, a oferta de cursos e treinamentos para ser-

vidores públicos, empresários e colaboradores, além da troca de experiências sobre os desafios trazidos pela Reforma Tributária.

A reunião avançou ainda sobre possíveis contribuições técnicas em pautas de interesse de Itatiaia. Entre os pontos discutidos esteve a atualização da legislação tributária municipal, além da construção de uma parceria institucional que permita à Prefeitura contar com o conhecimento técnico das organizações em assuntos relacionados à atividade empresarial e contábil. Também participaram Helios Henrique, diretor de Desenvolvimento Econômico; o vereador Thiago; Isaque Almeida Farizel, secretário de Desenvolvimento Eco-

nômico de Itatiaia; e Aline Matos, profissional contábil do município. A presença de representantes de diferentes áreas ampliou o debate sobre as demandas locais e os caminhos para aproximar a gestão pública dos setores produtivos.

A visita a Itatiaia faz parte da atuação do Sescon/RJ junto a entidades parceiras e administrações municipais. Junto ao Sescon Sul-Fluminense, a entidade amplia sua interlocução com profissionais e empresários da região, integrando ao diálogo uma perspectiva regional sobre as transformações que impactam a atividade contábil, e acompanha questões relevantes diante das mudanças na legislação e nos processos tributários.



Araruama aproxima poder público e setor contábil

A implantação da Lei de Liberdade Econômica entrou na agenda institucional de Araruama e reuniu, no mesmo espaço, representantes do poder público, entidades e profissionais ligados à atividade empresarial. O tema foi discutido no 1º Seminário de Implantação da legislação, realizado em 16 de julho, no Teatro Municipal, com a apresentação das medidas que começam a mudar os processos de abertura, regularização e licenciamento de empresas no município. O Sescon/RJ esteve presente na agenda, representado pelo diretor-tesoureiro Nilton Campos Marinho.

Entre as mudanças apresentadas durante o seminário estão a classificação das atividades por grau de risco, os novos fluxos de atendimento e os procedimentos de licenciamento. A regulamentação foi estabelecida pelo Decreto Municipal nº 35/2026 e, para o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Empreendedorismo, Fernando Daniel, representa uma mudança na relação do município com quem pretende empreender. Ao comentar os efeitos da nova legislação, Daniel afirma que a implantação dos dispositivos da Lei de Liberdade Econômica “estabelece um divisor de águas na história do empreendedorismo da cidade”, ao simplificar a abertura de empresas e criar condições mais favoráveis para novos negócios e para aqueles

que já estão em funcionamento.

A discussão também trouxe para o centro da pauta uma figura que participa diariamente desses processos: o profissional da contabilidade. Para Daniel, essa participação é decisiva. “O profissional de contabilidade tem um papel de protagonista nesse processo de desenvolvimento econômico e, principalmente, nas mudanças implementadas”, afirma.

Para o diretor-tesoureiro do Sescon/RJ, Nilton Campos Marinho, essa proximidade é importante justamente porque as mudanças precisam ser acompanhadas por quem conhece a realidade das empresas. “O Sescon/RJ entende que a desburocratização precisa chegar à rotina de quem empreende. Estar próximo desse debate é importante para acompanhar as mudanças e contribuir para que elas sejam aplicadas de forma prática, beneficiando empresários e profissionais da contabilidade”, afirma.

A relação entre poder público e entidades representativas também foi destacada por Daniel. Segundo o secretário, o município pretende utilizar essa aproximação para ampliar o alcance das medidas e facilitar o diálogo com as categorias envolvidas. Nesse sentido, ele avalia que “o Sescon, entidade respeitada e conceituada no segmento das empresas de serviços contábeis e consultoria, será o grande parceiro e protagonista junto com o município” na busca pelos benefícios previstos para empresários, empreendedores e profissionais da área.

O Seminário aproximou a gestão municipal e setor contábil em Araruama. Para o Sescon/RJ, estar presente nessa discussão significa acompanhar de perto uma mudança que começa na legislação, e alcança os procedimentos e relações que fazem parte da rotina dos negócios locais, com efeitos percebidos no cotidiano de empresários e profissionais da contabilidade.





JUCERJA tem a primeira mulher presidente em sua história



Paola Domingues Jacob

Órgão oficial responsável pelo registro de atividades empresariais no território fluminense, a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA é determinante para o desenvolvimento econômico do estado, sobretudo pela sua relevância para a segurança jurídica e regularidade das empresas. Além disso, trata-se de uma entidade próxima dos profissionais da contabilidade e, agora, em 2026, celebra um marco, elegendo a primeira mulher para a sua presidência.

Servidora de carreira com longa trajetória na própria Jucerja e especialista em Direito Empresarial, **Paola Domingues Jacob** assumiu a pouco mais de dois meses e aceitou o convite da Revista para uma entrevista exclusiva, detalhando o plano de ação para o biênio que, segundo ela, terá como foco a inovação tecnológica, desburocratização

e valorização do capital humano.

A senhora assume a presidência em um momento de grandes transformações no ambiente empresarial. Qual é o maior desafio da JUCERJA e as prioridades da sua gestão?

É conciliar agilidade, modernização e segurança jurídica em um momento de transformação profunda do registro empresarial. Precisamos acelerar a abertura e a regularização de empresas — reduzindo prazos e eliminando exigências desnecessárias — sem jamais comprometer a confiabilidade dos atos registrados. Esse equilíbrio é a essência do nosso trabalho e orienta todas as decisões da nossa gestão que tem quatro eixos prioritários: desburocratização do registro empresarial, com a implementação do REGIN 2.0 em todo o Estado, levando a nova versão dos 12 municípios atuais para os 92 municípios fluminenses; valorização do servidor e administração humanizada; digitalização das delegacias; e ampliação dos canais de orientação e atendimento, aproximando a Junta de contadores, empresários e da população.

Que tipo de JUCERJA a senhora pretende entregar ao final da gestão?

Uma Junta moderna, ágil, 100% digital e, ao mesmo tempo, humanizada — que valoriza seus servidores e trata cada usuário com respeito e atenção. Uma Junta que seja refe-

rência nacional em desburocratização e em segurança jurídica, contribuindo de forma decisiva para o ambiente de negócios do Estado. A minha marca será a gestão humanizada.

Quais indicadores/resultados gostaria de alcançar?

Redução do tempo médio de abertura de empresas no Estado; cobertura do REGIN 2.0 em 100% dos 92 municípios; aumento da satisfação dos usuários dos serviços da Junta; redução de exigências e retrabalhos nos processos; e ampliação do atendimento, presencial e digital, em todo o território fluminense.

Se pudesse eliminar imediatamente uma burocracia que afeta empresários e contadores, qual seria?

Eliminaria as exigências físicas e os deslocamentos desnecessários nos processos de registro, consolidando o protocolo 100% digital em todo o Estado.

Como pretende equilibrar a simplificação de processos com a segurança jurídica dos registros empresariais?

A simplificação não pode significar insegurança. A tecnologia é a nossa aliada: a digitalização permite autenticação, rastreabilidade e controle que aumentam a segurança sem criar barreiras para o usuário. E a decisão final permanece humana,



garantindo a qualidade técnica e jurídica dos registros. É esse equilíbrio — agilidade com segurança — que buscamos em cada processo.

Qual é o papel da JUCERJA na melhoria do ambiente de negócios do Estado do Rio de Janeiro?

Um papel fundamental porque atua justamente em uma etapa essencial para quem deseja empreender. Nosso trabalho é tornar esses processos cada vez mais simples, rápidos e desburocratizados, facilitando a vida de empresários e profissionais que utilizam os nossos serviços. Nesse sentido, a implementação do REGIN 2.0 representa um avanço muito importante, porque moderniza completamente o sistema, com foco em automação dos processos, maior integração entre os órgãos envolvidos, análise instantânea de viabilidade e redução (ou até eliminação) de exigências físicas. Já implantamos essa nova versão em 12 municípios e a nossa meta é levá-los aos 92 municípios do Estado.

A tecnologia está mudando a forma como empresas e governos trabalham. Como a JUCERJA se encaixa neste contexto?

A JUCERJA já está inserida nessa transformação. Hoje, somos uma Junta 100% digital, o que significa que os serviços relacionados ao registro empresarial podem ser realizados pelo computador ou celular a qualquer hora, de qualquer lugar do mundo. A tecnologia nos permite dar mais agilidade aos processos, ampliar o acesso aos serviços e, ao mesmo tempo, aumentar a seguran-

ça das informações.

A IA pode contribuir para tornar os processos da Junta mais rápidos, seguros e eficientes?

Sem dúvida. A Inteligência Artificial já faz parte da realidade da JUCERJA e está sendo utilizada como uma ferramenta para auxiliar na análise de processos empresariais de abertura e alteração de empresas, tornando os procedimentos mais ágeis, eficientes e seguros. A IA realiza uma leitura prévia dos documentos, apontando possíveis inconsistências, pendências documentais ou informações que necessitem da atenção dos analistas. Mas faço questão de destacar que estamos falando de uma ferramenta de apoio. A decisão continua sendo humana.

“

A transformação digital precisa vir acompanhada de inclusão e orientação.

”

Num futuro onde as demandas serão analisadas de forma automatizadas, qual o limite entre a automação e a avaliação humana?

A automação pode e deve assumir as tarefas repetitivas e mecânicas — leitura prévia de documentos, verificação de pendências, triagem e apontamento de inconsistências. Todavia, a análise de mérito, o julgamento de casos complexos e a decisão final continuam sendo atribui-

ções humanas. O limite é a capacidade de discernimento e a responsabilidade jurídica, que são insubstituíveis. A tecnologia vem para apoiar o servidor, não para substituí-lo.

Como garantir que a transformação digital não crie barreiras para quem ainda enfrenta dificuldades diante das tecnologias?

A transformação digital precisa vir acompanhada de inclusão e orientação. A JUCERJA está avançando agora na digitalização de suas delegacias e, até o final do ano, os processos físicos não serão mais recebidos nesses espaços, que passam a operar exclusivamente de forma digital no protocolo. Isso não significa deixar de oferecer atendimento presencial. Mesmo com a transição para processos exclusivamente digitais, as delegacias continuarão sendo espaços de atendimento, com computadores e equipes preparadas para auxiliar os usuários na realização de suas demandas.

Como avalia a relação da Junta com os profissionais da contabilidade?

O contador é um grande parceiro da JUCERJA. São profissionais que estão diariamente em contato com os nossos sistemas e que têm um papel importante na orientação dos empresários. Por isso, manter um diálogo permanente com a categoria é essencial para que possamos identificar dificuldades, aperfeiçoar procedimentos e melhorar os nossos serviços.

Uma dificuldade recorrente dos profissionais é como solucionar proble-



mas ou exigências nos processos. Há espaço para ampliar canais de orientação e atendimento?

Sim, a JUCERJA conta hoje com diferentes estruturas de atendimento e orientação, como o Fale Conosco, as delegacias e os postos avançados em parceria com a Fecomércio. A ideia é ampliar cada vez mais essa presença e levar delegacias da JUCERJA para todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Como avalia os plantões realizados pelo CRCRJ e Sescon/RJ dentro da Junta, auxiliando contadores?

Esses plantões são muito importantes porque aproximam ainda mais a JUCERJA dos profissionais que utilizam os nossos serviços diariamente. O atendimento conjunto permite que dúvidas e dificuldades sejam discutidas diretamente. É uma iniciativa que fortalece o diálogo com a categoria e nos ajuda a compreender, de forma muito concreta, quais são os principais desafios enfrentados por eles no dia a dia.

Na sua avaliação, quais os principais benefícios dessa parceria?

O principal benefício é transformar o diálogo em soluções práticas. A

aproximação com o CRCRJ e o Sescon/RJ nos permite ouvir diretamente os profissionais, compreender as dificuldades encontradas na utilização dos serviços e buscar melhorias a partir dessas experiências. Também é uma forma de tornar a comunicação mais clara e eficiente, evitando que uma dúvida ou dificuldade pontual se transforme em um problema maior para o empresário.

Essa experiência poderia ser ampliada ou aperfeiçoada?

Sempre existe espaço para aperfeiçoar os canais de diálogo e ampliar as iniciativas que aproximam a JUCERJA dos profissionais. Os plantões são uma experiência muito positiva e podem servir, inclusive, como referência para novas ações de orientação e atendimento.

“
O contador é um grande parceiro da JUCERJA.
”

Como a Junta pode atuar de forma mais integrada com prefeituras, RFB e demais órgãos envolvidos no processo de abertura e regularização de empresas?

A JUCERJA já trabalha com sistemas e soluções que permitem a integração de diferentes etapas do processo de abertura e regularização de empresas. E precisamos avançar cada vez mais nessa direção. Quanto maior for a integração entre Junta, prefeituras, Receita Federal e demais órgãos, menor será a necessidade de o usuário apresentar as mesmas informações várias vezes ou percorrer diferentes caminhos para concluir um processo.

Como pretende aprimorar os mecanismos de prevenção a fraudes sem burocratizar?

A digitalização é uma das principais ferramentas para aumentar a segurança sem criar barreiras para o usuário. A decisão de digitalizar os processos realizados nas delegacias, por exemplo, está relacionada à prevenção de fraudes e falsificações, que são mais suscetíveis de ocorrer em processos físicos. Ao migrarmos para o ambiente digital, conseguimos utilizar mecanismos de autenticação, rastreabilidade e controle que tornam o processo mais seguro. A nossa preocupação é encontrar esse equilíbrio: oferecer um registro ágil e simples, sem renunciar à segurança para proteger empresários e profissionais.

Associe-se ao SESCON-RJ

Transforme benefícios em resultados, através de uma rede de vantagens pensada para fortalecer você, sua empresa e seu dia contábil.

Associe-se agora e faça parte do SESCON-RJ!



Sua equipe ainda perde tempo com **convenções coletivas?**

Com o **Domínio Busca Convenções** você automatiza uma das rotinas mais complexas do Departamento Pessoal.

A solução monitora fontes oficiais, identifica atualizações e destaca alterações relevantes. Tudo isso integrado à folha, permitindo a aplicação dos parâmetros com poucos cliques.



Monitoramento automático

Acompanhe continuamente publicações de sindicatos e receba atualizações em tempo real.



Comparação de versões

Identifique rapidamente alterações em cláusulas, sem precisar revisar documentos inteiros.



Integração com a folha

Aplice parâmetros diretamente no sistema, com muito mais agilidade e precisão.

Domínio Busca Convenções.
Não é uma busca melhorada. É o fim da busca.

Saiba mais:





PESQUISA DE SATISFAÇÃO



JÁ ESTÁ **ONLINE!**

bit.ly/pesquisacrc2026



bitly



Tradição que
nos **guia**, Inovação
que **nos move**.